

Curso de Jornalismo completa 25 anos. E promove dois eventos nacionais



ZERO

Florianópolis
15 de abril de 2004
Ano XIX - Nº 3



Instituto Livre de
Jornalismo
surge pra sacudir
debates sobre a
profissão



Pressões fazem
governo ceder
R\$ 4 bilhões
para grandes
grupos de mídia

Viajando pela **AUSTRÁLIA**

Outro repórter mentiroso engana seu jornal. E o *USA Today* tem que se retratar

Bernardo Kucinski em seu estilo implacável aborda os erros da imprensa. Hoje e sempre

Reajuste de salários imobiliza anseio grevista nas federais

PRIVILÉGIO DE R\$ 4 BILHÕES

Otimismo exagerado e investimentos errados geram dívida de R\$ 10 bilhões para os principais grupos de mídia

Carlos Lessa, presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes), anunciou a criação de uma linha de financiamento para socorrer alguns grupos da mídia nacional. O financiamento seria utilizado para a compra de papel de imprensa e para a substituição das dívidas que o setor possui com os bancos e mercados capitais no exterior e no Brasil. O pedido de ajuda feito pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e pela Associação Nacional das Editoras de Revistas (ANER) ao banco estatal em outubro de 2003 provocou divergências entre as empresas de comunicação do país.

A ajuda ao setor é defendida por Lessa, no entanto, ele revela que o tipo de empréstimo que poderá ser feito não é o que a empresa gosta de fazer. Para o presidente do Bndes, o financiamento para a compra de papel é uma operação típica de capital de giro e que o banco não gosta de fazer, além disso, as empresas de comunicação têm capital fechado e um "peso muito grande das personalidades que as dirigem". Lessa ainda ressaltou que, caso o pedido fosse atendido, o valor que o banco teria que desembolsar é muito alto e que o ideal seria atendê-lo em parte.

O projeto apresentado pela ANJ, pela Abert e pela ANER no final de 2003 constava de um estudo com a estimativa de endividamento total do setor estimado em R\$ 10 bilhões. No caso do crédito para a compra de papel, as associações pediram R\$ 1,2 bilhão, o equivalente a um ano de consumo das empresas de jornais e revistas. O pagamento seria em médio prazo, três anos, com dois anos de carência e pagamento semestral de juros. Lessa reconhece que a mídia impressa foi uma das mais prejudicadas, pois, além de ter sofrido com a desvalorização cambial e o frustrado crescimento econômico, com o aumento do risco Brasil, reduziram-se os créditos para o financiamento da importação do papel e as empresas tiveram de comprar à vista.

Cerca de R\$ 5 bilhões, foram solicitados ao Bndes para a recomposição das dívidas das empresas. O valor corresponde a 50% das dívidas existentes em 31 de dezembro de 2002. O prazo de pagamento seria de 10 anos. Lessa diz que o banco é a favor do auxílio, mas o assunto foge à alçada da estatal e exige decisão da presidência da República por se tratar de uma situação "muito especial, muito grave". "Um programa desse tipo (financiamento)



tem de ser muito bem desenhado, para que não seja instrumento de interferência e de manipulação. Não podemos construir nada que seja interpretado como favorecimento a grupo, grupos ou segmento do setor".

O pedido das três entidades está sendo alvo de críticas por segmentos do próprio setor. Uns consideram que o empréstimo vai afetar a independência das empresas e outros acham que vai representar um privilégio ao setor. O que todos concordam é que há pouca transparência na hora das empresas de comunicação divulgarem seus próprios números, e, poderia gerar dúvidas no momento da partilha do empréstimo. Em entrevista à *Folha de São Paulo*, Jorge Nóbrega, diretor de planejamento e controle da Globopar, concorda com o financiamento: "Achamos o empréstimo importante. As empresas se endividaram em dólar. O câmbio triplicou, e a receita do setor caiu, por causa da redução da atividade econômica. Não queremos subsídio, mas o alongamento da dívida. Se o projeto for aprovado, é claro que as condições dos créditos serão de conhecimento público".

Dennis Munhoz, presidente da rede Record, pediu demissão da vice-presidência da Abert em fevereiro de 2004 alegando ser contrário a liberação de crédito do banco de fomento estatal para financiar dívidas da mídia. Um comunicado da empresa defende que uma possível linha de financiamento do Bndes deva ser utilizada para investimento no próprio negócio, com aumento da capacidade de produção e uso de novas tecnologias. "Caso o projeto seja aprovado como está, o dinheiro público irá pagar por falhas e erros de gestão, em vez de ser revertido em benefícios diretos ou indiretos à sociedade", protesta.

O Bndes está reticente sobre o empréstimo que poderá salvar a mídia. Se fosse analisar o histórico do banco, o setor poderia perder as esperanças com relação a uma possível ajuda. Isso porque durante quase 40 anos as políticas operacionais da empresa proibiam qualquer tipo de financiamento à mídia. Em 1990, o banco estatal passou a admitir o fornecimento de créditos ao setor mas apenas para a compra de equipamentos fabricados no país, sendo que a maioria dos veículos de informação dependiam de equipamentos importados. Foi a partir de 1997 que as decisões do Bndes com relação ao setor mudaram. De janeiro de 1998 a setembro de 2003, o banco emprestou R\$ 111,6 milhões ao setor. (GT)

Precipitação em telefonia, Internet e TV paga criaram o rombo

Nos últimos 10 anos as dívidas de alguns dos maiores grupos de comunicação no Brasil chegaram a R\$ 10 bilhões. Investimentos em TV por assinatura, telefonia, internet, novos parques gráficos e ampliação de mercado foram motivos que fizeram com que muitos entrassem em crise. O setor apostou na estabilidade do câmbio, no constante crescimento da economia e nas previsões sobre o mercado futuro, o que de fato não aconteceu. Empresas como a Globo Comunicações e Participações (Globopar), o Grupo Abril, o Grupo Folha e a RBS estão no topo das que mais devem.

A **Globopar** - holding das organizações Globo - possui R\$ 5,6 bilhões em dívidas, a maior entre empresas de mídia no Brasil, cerca de 60% do total. Esse valor não inclui as dívidas da Infoglobo - editora dos jornais *O Globo*, *Extra*, *Diário de São Paulo*, do *Valor Econômico* (jornal feito em parceria com o Grupo Folha) - e das rádios, que não fazem parte da Globopar. O principal negócio que fez com que a Globopar se endividasse foi o investimento em TV por assinatura (Net Serviços, TV por satélite e Globosat) que durou até 1998. A holding poderia estar em situação pior, se não tivesse desistido de comprar duas empresas de telefonia celular (Tele Celular Sul e Tele Nordeste Celular) em julho de 98. O grupo teve um prejuízo de US\$ 547,5 milhões em 2001 devido a forte retração do mercado publicitário e a perdas financeiras. A TV Globo, que possui direitos exclusivos de transmissão da Copa até 2006, também teve prejuízo de US\$ 30 milhões por não conseguir revender os direitos a outras emissoras.

O **Grupo Abril** também teve como principal motivo de endividamento o investimento em TV por assinatura. O valor da dívida da empresa é de R\$ 926 milhões. Roberto Civita, presidente do Grupo, garante que a quantidade investida no setor foi bem maior do que a dívida da empresa. "Fiz um esforço para esquecer o quanto investimos nessa área". A Abril é acionista

majoritária da TVA (sistema de TV paga transmitida via cabo e microondas) e foi acionista da DirecTV - ex-parceria com sócios estrangeiros.

O **Grupo Estado** endividou-se, entre outras coisas, devido a aposta em telefonia. O grupo foi acionista minoritário da empresa de telefonia celular BCP, que acabou vendida ao grupo mexicano Telmex, em 2003, após passar por longa crise. Cerca de US\$ 120 milhões foram tomados de empréstimos no exterior para investir no parque gráfico e na BCP. O total da dívida chega a R\$ 384 milhões

A **RBS** declara ter R\$ 370 milhões em dívidas.

Foi a primeira empresa de mídia a entrar no ramo da TV por assinatura (Net Sul) e em telefonia, segundo Nelson Sirotsky, presidente do grupo. O veículo foi acionista da telefônica CRT (Companhia

Riograndense de Telecomunicações) e da empresa de telefonia celular BCP, mas vendeu sua parte nas teles em 98 e passou o controle da Net Sul para a Globo Cabo em 2001 para reduzir dívidas. Além disso, lançou US\$ 175 milhões em títulos de dívida no exterior.

O **Grupo Folha** perdeu dinheiro investindo nos jornais *Agora* e *Valor Econômico*. Estima-se que a empresa deva R\$ 290 milhões. Em 1995, o Grupo investiu na inauguração do seu novo parque gráfico que custou cerca de US\$ 120 milhões, investimento pago na época com recursos próprios. Em 96, lançou o UOL (Universo Online), provedor de acesso à internet e a Plural, gráfica comercial em parceria com a editora americana Quad Graphics. Em 1999, o Grupo Folha lançou o jornal *Agora* e, em 2000, associou-se às Organizações Globo para publicar o *Valor Econômico*.

Textos: Giselle Tiscoski



O ESTADO DE S. PAULO



FOLHA DE S. PAULO



RBS

ZERO

ANO XIX - Nº 3 - ABRIL 2004 - CURSO DE JORNALISMO - CCE - JOR - UFSC Jornal-laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina **Arte:** Alexandre Brandão **Apoio:** Labfoto, LabInfografia, LabRádio **Colaboração:** Apufsc, Professor Lúcio Baggio, Professora Heloiza Herscovitz, Radiobras, Roosevelt Pinheiro, **Copy-writer:** Ricardo Barreto (final), Tadeu Martins, Upiara Boschi **Direção de Arte e de Redação:** Jornalista e professor Ricardo Barreto **Secretaria de Redação:** Giselle Tiscoski **Serviços editoriais:** Agência Brasil, Agência Senado, Associated Press, CNN, Comunique-se, Der Spiegel, Editor & Publisher, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, Los Angeles Times, Miami Herald, Mirante, Newsweek, National Geographic, Observatório da Imprensa, O Estado de São Paulo, O Globo, Slate, Tela Viva, The Daily News, The Washington Post, USA Today **Edição:** Alexandre Brandão, Tadeu Martins, Upiara Boschi (Sênior), Camille Bropp, Fernando Angeoletto, Vanessa Clasen, **Editoração eletrônica, produção gráfica e circulação:** Wendel Martins **Tratamento de imagens:** Alexandre Brandão, Wendel Martins **Fotografia:** Leonardo Miranda, Mariana Dauwe, Vinícius Carvalho, Wladimir D'Andrade **Laboratório fotográfico:** Wladimir D'Andrade **Textos:** Ana Carolina Dionísio, Camille Bropp, Fernando Angeoletto, Giselle Tiscoski, Mariana Dauwe, Mariana Hinkel, Naiana Oscar, Vanessa Clasen, Tadeu Martins, Wellington de Campos **Impressão:** Diário Catarinense **Redação:** Curso de Jornalismo (UFSC-CCE-JOR), Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis, SC **Telefones:** 55(48) 331-6599, 331-9490, 331-9215 **Fax:** (48) 331-9490 **Sítio:** www.zero.ufsc.br **Webmaster:** Procura-se **E-mail:** zero@cce.ufsc.br **Circulação:** Nacional, gratuita e dirigida **Tiragem:** 5.000 exemplares



Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV, V e XI Set Universitário - PUC-RS
88, 89, 90, 91, 92 e 98

e-ZERO

3º Melhor
Jornal-laboratório do Brasil
Expocom 94

Melhor Jornal-laboratório
I Prêmio Foca
Sind. dos Jornalistas de SC -2000

CIDADÃO É QUE PAGA

Diante de 17 mil demissões em dois anos, governo tenta salvar 500 mil outros empregos

A mídia no Brasil está chegando ao fundo do poço. Com uma dívida de aproximadamente R\$ 10 bilhões, as principais empresas do setor tentam se virar como podem para burlar os credores e tentar prorrogar os prazos para os pagamentos. Em apenas dois anos, conforme dados do Ministério do Trabalho, 17 mil vagas foram cortadas pelos veículos de comunicação dos principais grupos. No mesmo período, a circulação de jornais caiu de 7,9 milhões de exemplares/dia para 7 milhões e a de revistas caiu de 17,1 milhões para 16,2 milhões de exemplares/ano. A crise preocupa o governo que se mostra disposto a criar uma linha de financiamento para socorrer o setor.

O erro de muitas empresas de comunicação foi ter apostado no constante crescimento da economia e na estabilidade do câmbio desde meados dos anos 90. A euforia da fase do Real fez com que os veículos se endividassem em dólar para ampliar seu leque de negócios e aumentar a sua capacidade de produção. Com a desvalorização cambial de 1999, devido a crise asiática, grande parte da dívida cresceu. Relatório do setor encaminhado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes), garante que 80% do valor das dívidas são em dólar e 83,5% tem vencimento em curto prazo.

O investimento em novos negócios como TV por assinatura, telefonia, internet e ampliações lidera o ranking das dívidas. Muitos veículos de comunicação imaginavam que haveria uma rápida transformação da mídia tradicional e apostavam na convergência com as telecomunicações. Um exemplo foi o que ocorreu com a Glopapar, holding das Organizações Globo, que apresenta uma dívida de R\$ 5,6 bilhões, cerca de 60% do total nacional. O endividamento da Globo vem dos investimentos feitos desde 1995 em TV paga.

Mea culpa – Tanto as empresas que arriscaram investir no setor, o governo, os bancos, os consultores, os investidores e elas próprias superestimaram o potencial do mercado nacional. A própria Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), errou ao estimar que em 2003 haveria 10,1 milhões de assinantes de TV por assinatura, sendo que o número real foi de 3,5 milhões.



Roberto Civita, presidente do Grupo Abril, outra empresa que se deu mal com o setor de TV por assinatura, diz que o endividamento se deve ao custo do capital no Brasil, e não a erros estratégicos. A Abril fechou o balanço financeiro de 2002 com uma dívida de R\$ 926 milhões. É acionista majoritária da TVA (sistema de TV paga com transmissão por cabo e por microondas) e foi acionista da DirecTV, via satélite.

O otimismo também contaminou o mercado da mídia impressa no Brasil. Em dez anos foram gastos cerca de R\$ 700 milhões na compra de rotativas e na ampliação de parque gráfico – FSP e Globo. Francisco Mesquita Neto, o presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e do conselho de Administração do Grupo O Estado de São Paulo diz que “todos os jornais investiram na informatização das redações e na compra de impressoras para aumentar a tiragem e ter edições coloridas”. O Grupo Folha, apesar de ter investido em internet e gráfica comercial, acredita que o grosso da divi-

da da empresa é devido aos investimentos feitos nos jornais *Agora* e *Valor Econômico*. A empresa deve R\$ 290 milhões.

Outro fator que contribuiu para a crise da mídia foi o investimento em telefonia. Com a onda de privatizações e a idéia de que o setor iria dominar o mercado das comunicações no Brasil, empresas como o grupo O Estado de São Paulo e RBS superestimaram os investimentos. A RBS foi acionista da telefônica CRT (Cia. Riograndense de Telecomunicações) e da empresa de telefonia celular BCP. Os gastos com a compra de ações das teles contribuíram para o endividamento da empresa que declara dever R\$ 370 milhões. O Grupo Estado, que apresenta uma dívida de R\$ 384 milhões, foi acionista minoritário da empresa de telefonia celular BCP.

O ápice da crise das empresas de comunicação foi em 2002. Só nesse ano as empresas acumularam prejuízos de R\$ 7 bilhões. A Globopar apresentou a maior parte do prejuízo de R\$ 5 bilhões. A receita líquida do setor em 2002 foi 20% menor, em valores reais (descontada a inflação), do que em 2000. O investimento publicitário teve queda de R\$ 400 milhões entre 2000 e 2002.

Diante da crise muitas empresas tentam renegociar as dívidas. O Grupo Estado anunciou no final do ano passado a conclusão da renegociação da dívida da empresa. O longo processo resultou na saída da família Mesquita do conselho executivo da empresa. A Globopar tentou renegociar a dívida com três fundos de investimentos dos Estados Unidos. No entanto, em dezembro de 2003 os fundos entraram com a ação na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova York, pedindo a intervenção da Justiça americana no processo de renegociação das dívidas com a *holding*.

O governo brasileiro está preocupado com a situação da mídia no País. Por isso, está disposto a criar linhas de financiamento. O problema é que há muitas controvérsias entre as empresas de comunicação com relação a esse apoio direto do Estado. Isso porque poderia prejudicar a imagem da imprensa no que diz respeito a isenção das informações. Para muitos representantes do setor de comunicação, a garantia de uma boa fatia publicitária já poderia ajudar a salvar a situação.



Record ataca empréstimo para a Globo

“É um absurdo o que está prestes a acontecer. O povo brasileiro poderá desembolsar até R\$ 4 bilhões para pagar as dívidas da Rede Globo que ao longo de décadas monopolizam os meios de comunicação, que estão na pior por causa da má administração.” A reportagem da TV Record, do jornalista Rodolpho Gamberini, que foi ao ar no programa *Repórter Record* do dia 1 de abril apresentou a Rede Globo como vilã na novela sobre o financiamento do Bndes para socorrer a algumas grandes empresas da mídia brasileira. Com a reportagem intitulada *Bndes: O ralo do dinheiro público*, a emissora não economizou acusações ao governo, ao banco e à concorrente. O conteúdo e agressividade do programa levou o banco a exigir direito de resposta, baseado na Lei de Imprensa de 1967, com mesma duração e na mesmo horário no prazo de uma semana.

O programa As acusações vieram de todas as formas. “Escândalo anunciado” ou “uma vergonha no ar”, assim o repórter definiu a decisão do banco estatal de financiar as dívidas de empresas de comunicação. E não foi só isso. Durante todo o programa não faltaram expressões como “(...) são os brasileiros sofridos que pagam as contas da Rede Globo”. Junto com as acusações apareceram imagens de pessoas pobres, passando fome, chorando, sem casa enquanto o apresentador dizia “será que isso é justo?”. Ainda, foi feita uma comparação envolvendo os R\$ 4 bilhões que irão para os pagamentos de dívidas das empresas e o que poderia ser feito pela população. “Com o dinheiro daria para resolver parte dos problemas do INSS, comprar 35 mil ambulâncias ou 250 mil viaturas”, emendava.

As apelações também chegaram ao Senado. Isso porque a reportagem criticou os senadores que participaram da audiência da Comissão de Educação do Senado realizada dia 24 de março, onde foi apresentada a proposta de ajuda do governo à mídia. O presidente Lula também não escapou das acusações. A reportagem lembrava que no governo de Fernando Henrique Cardoso os bancos foram favorecidos com o dinheiro público e que agora com Lula os beneficiados são os empresários da mídia.

Além disso, foram mostrados depoimentos dos representantes da rede Globo e da rede Bandeirantes feitos durante a audiência no Senado. “Cada um faça o que quiser, se quiser investir, pagar dívidas, comprar canarinho...”, provocou Johnny Saad, presidente da Bandeirantes sobre o financiamento. Não faltaram críticas. “Dinheiro público para comprar canarinho? É assim que o dinheiro do povo é tratado?”. No caso de Evandro Guimarães, representante das Organizações Globo, as críticas vieram quando disse que a empresa não está contando com o dinheiro da estatal. Conforme a reportagem, a Globo já aceitou outras ajudas do Bndes como em 2002, quando recebeu R\$ 280 milhões para tentar salvar as dívidas da Globocabo. O financiamento foi criticado pelo Tribunal de Contas da União que notificou no dia 15 de março sua posição contrária ao financiamento da Globopar. Na nota, o TCU pede que se tenha cuidado em aplicar dinheiro público nas organizações Globo. O caso da TV Tupi e da Manchete também foi lembrado. “Por que estas empresas também não foram ajudadas pelo governo? Ninguém ofereceu socorro a elas”.

Pressão e polêmica com interesses excusos

Record, SBT e Rede TV questionam o financiamento, mas Senado aprova e compra a briga

Depois de tanta pressão, o Bndes vai repassar até R\$ 4 bilhões para alguns grandes grupos de mídia para ajudá-los a sair do buraco. A decisão anunciada por Darc Costa, vice-presidente do banco, numa audiência da Comissão de Educação do Senado realizada no dia 24 de março, está criando muita polêmica entre as empresas do setor (ver texto lado). O debate gira em torno de pontos polêmicos como a utilização dos recursos para o pagamento de dívidas e a falta de transparência do projeto apresentado pelo banco estatal de fomento. Além disso, alguns grupos defendem que a ajuda do Bndes poderá afetar a independência da imprensa.

Darc Costa deixou claro na audiência que o banco cobrará mais caro pelas linhas de refinanciamento de dívidas e que só quem apresentar um bom projeto será beneficiado. A proposta, que está sendo chamada Pró-Mídia, é criar três linhas de financiamento sendo uma para promover o desenvolvimento, uma para a aquisição de papel e outra para a reestruturação das dívidas. A linha de financiamento para o desenvolvimento envolve questões como aquisição de equipamentos, como no caso da TV digital. A linha para compra de papel tem o objetivo de nacionalizar o material comprado pelas empresas. No caso da linha de refinanciamento das dívidas o processo será mais complicado, pois irá envolver credores de estruturas societárias diferentes.

Os créditos serão distribuídos às empresas de comunicação por intermédio de outros agentes financeiros. De acordo com a proposta do banco, a inicia-

tiva de utilizar instituições intermediárias é para tornar as transações mais transparentes e independentes. Aliás, independência das empresas é um dos assuntos que mais preocupam os grupos de comunicação. Isso porque com a ajuda do Bndes as empresas temem que haja alguma contrapartida envolvendo exigência nas programações. No entanto, Alan Fischer, gerente de telecomunicações da estatal, garante que não serão exigidos determinados tipos de programações. “Não cabe ao Bndes, nem faz parte de suas políticas, definir, subjetivamente, o que é ou não mais adequado”, esclarece.

Representantes da TV Record, SBT e Rede TV, criticaram os executivos do banco durante a audiência no Senado, alegando que ele poderia ter elaborado o projeto de ajuda à mídia favorecendo algumas empresas que estão muito endividadas como a Globopar e Rede Bandeirantes. “É um absurdo o uso do dinheiro do Bndes para o pagamento de qualquer dívida”, criticou Dennis Munhoz, presidente da TV Record. “O Bndes não recebe prato feito. Temos um corpo técnico formado no banco que é capaz de se debruçar sobre qualquer questão que seja de interesse nacional e elaborar uma proposta sobre o tema”, adverte Darc Costa. Além disso, o vice-presidente da estatal enfatizou que todos os setores envolvidos foram ouvidos.

O debate em torno do financiamento do Bndes para as empresas de comunicação revela que, por trás de tanta polêmica, com relação ao refinanciamento das dívidas se esconde um jogo de concorrências. Os gru-

pos contrários ao projeto (Record, SBT e Rede TV) não escondem que a estratégia é usar a crise financeira de alguns meios para crescerem. Evandro Guimarães, vice-presidente de relações institucionais da TV Globo, defende que não se pode deixar que o jogo de concorrência entre os grupos atrapalhe o projeto do Bndes de apoiar o crescimento da indústria nacional. “Há um jogo de palavras nessa questão de concorrência. Se uma empresa tem dívidas e pretende pagá-las, certamente vai deixar de investir por um tempo para poder acertar com seus credores. Quem não tem dívida, vai investir seu lucro e com isso pode se aproximar de quem é líder”, defende-se Guimarães. Johnny Saad, presidente do grupo Bandeirantes, também rebateu as críticas das empresas contrárias ao financiamento, insinuando que algumas emissoras obtêm recursos de origem desconhecida.

Para os senadores que estavam na audiência da Comissão de Educação, o projeto de ajuda das empresas de comunicação tem que sair. O setor é considerado estratégico e importante para a preservação da cultura nacional. O senador Roberto Saturnino (PT/RJ), autor do requerimento apresentado para o debate, disse que o importante é que o financiamento seja feito de forma transparente e justa. O senador e jornalista Hélio Costa (PMDB/MG) lembra que o importante é se preocupar com os quase 500 mil profissionais que o setor emprega no Brasil.

Textos: Giselle Tiscoski

De pedra a vidraça. Poucas vezes uma frase feita pôde ser utilizada com tanta propriedade quanto no caso de Bernardo Kucinski, professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da USP, licenciado para trabalhar na Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão (Secom), onde é assessor especial do ministro-chefe Luiz Gushiken. Ser responsável pela comunicação do governo Lula depois de anos fazendo crítica da mídia é o novo desafio do jornalista. Em entrevista ao Zero, ele

analisa a comunicação institucional do governo tucano, dos EUA, da Inglaterra e do governo atual. Admite ainda estar aprendendo como funciona o poder por dentro e comenta as falhas no relacionamento da gestão petista com a imprensa e os erros dos jornalistas. Por fim, retoma novas abordagens sobre a imprensa alternativa e a cobertura de guerra.

Bernardo Kucinski formou-se em Física na Universidade de São Paulo, em 1967, mas nunca exerceu a atividade. Com participação ativa na elaboração de jornais estudantis, desde cedo mostrou que tinha vocação para o jornalismo. Começou a carreira no jornal alternativo Amanhã do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP e seguiu como um dos protagonistas da imprensa nanica no Brasil.

Foi correspondente do Opinião no período em que estava em exílio voluntário em Londres. No Movimento, trabalhou como editor especial e foi protagonista no "grande racha" que desestruturou a equipe do jornal, em abril de 1977. O incidente, que dividiu a equipe foi a publicação distorcida de um artigo de Kucinski. Pouco tempo depois, no dia 1º de maio, o grupo de jornalistas dissidentes de Movimento fundou o jornal Em Tempo. Kucinski elaborou um projeto editorial ousado para a nova publicação, sob o formato standard, visando romper com o padrão tablóide dominante na imprensa alternativa.

O jornalista também se destacou na grande imprensa, onde foi editor de Ciência e Vida Moderna da Veja, editor de cadernos especiais da revista Exame, correspondente em Londres da Gazeta Mercantil, produtor e locutor da BBC de Londres, além de correspondente no Brasil do inglês The Guardian e do Latin American Weekly Report. Kucinski também participou da produção do documentário The conquest of the Amazon, para a BBC.

Como eterno militante do Partido dos Trabalhadores, foi assessor de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 1998 e do Instituto Cidadania, organização não-governamental também vinculada ao PT. Já escreveu vários livros de economia, política e comunicação, no Brasil e no exterior. Entre eles, destacam-se Abertura: História de uma crise (1976), A síndrome da antena parabólica: Ética no jornalismo brasileiro (1996) e As cartas ácidas da campanha de Lula de 1998 (2000). Esse último é uma compilação de e-mails que o jornalista enviava diariamente a Lula durante a eleição, comentando as notícias dos jornais e TV e indicando os caminhos a serem tomados pela campanha. Em 1991, publicou sua tese de doutorado sob o título Jornalistas e revolucionários - Nos tempos da imprensa alternativa, uma pesquisa que durou oito meses, com até 12 horas de trabalho por dia e que virou outro de seus livros. Talvez o mais comentado e analisado. "Saí dela com as costas quebradas e uma compulsão pelo teclado que nunca mais terminou", lembra.

Kucinski diz que acorda todos os dias às 5h30 para ler os principais jornais brasileiros e estrangeiros e preparar uma análise do noticiário para o presidente Lula. Também participa de reuniões diárias no Palácio do Planalto em que são analisadas as tendências da mídia, que resultam em um paper para o presidente.

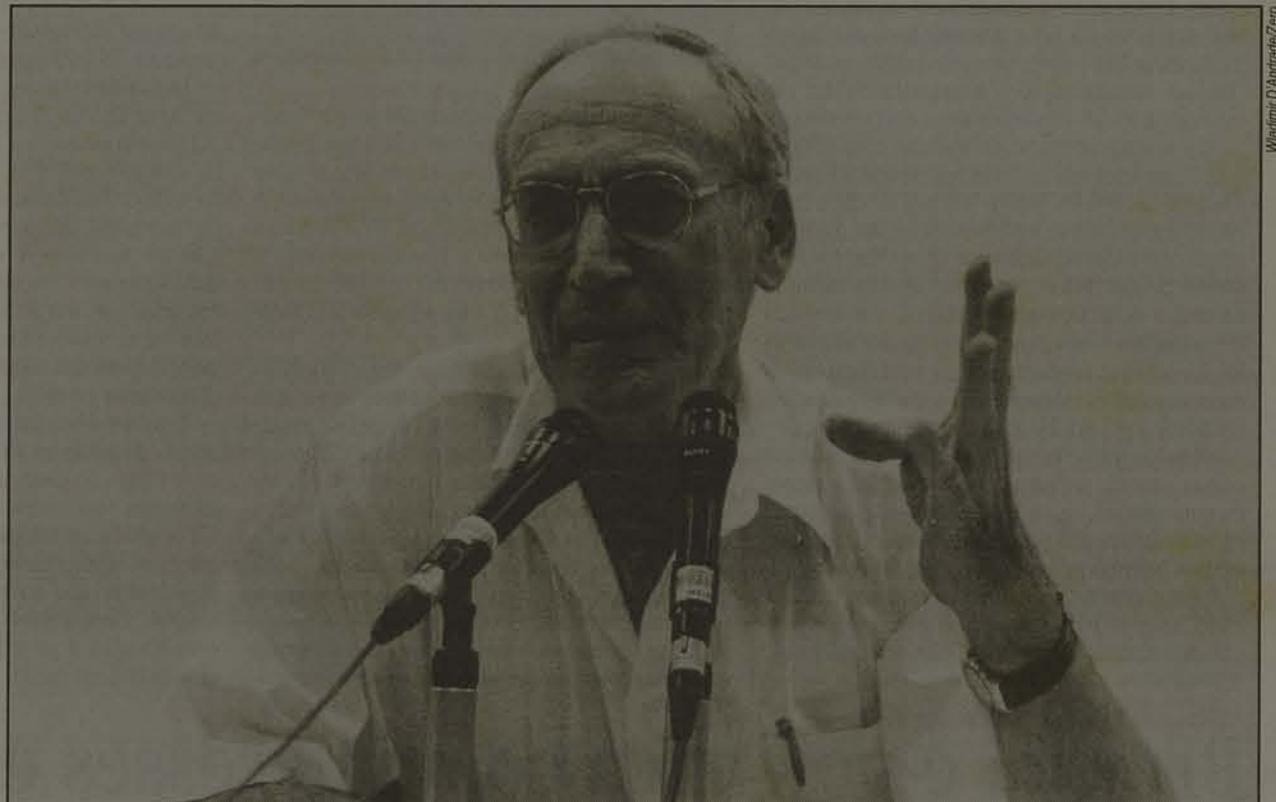
Zero - Como foi sair da imprensa diária e das aulas na USP e assumir a assessoria de imprensa do governo federal?

Bernardo Kucinski - Muda tudo. Primeiro paro de ter contato com os estudantes apesar de ter aceitado um convite para dar aulas em Brasília, que não deu muito certo. Paro também de escrever na imprensa. Eu tinha uma coluna na Internet que estava se tornando muito popular. Essa foi a parte ruim. A parte boa é que abri um campo novo de

“Jornalistas estão mais ligados com a elite do que com a população”

aprendizado para mim. São aspectos novos da comunicação que não conhecia. Por exemplo, como funciona a comunicação a partir do poder, os problemas do governo para se comunicar e o que o governo faz para tentar vender a sua imagem. Esta foi a parte interessante. Eu diria até que mais interessante que isso, foi uma certa dessacralização da própria idéia do poder, ou seja, você descobrir como o poder funciona dentro dos corredores do Palácio. No fundo há uma certa decepção. Você percebe que as coisas se deci-

as são idéias gerais que a Secom tenta induzir as empresas a seguirem. E do ponto de vista formal, a Secom tem que aprovar todos os planos de propaganda e contrapartida. Isso já era tarefa antiga da Secom, só que era visto de um modo burocrático. Agora não, é visto de um modo operacional. A Secom também tomou algumas iniciativas para uniformizar as assessorias de imprensa do conjunto do sistema Governo - um sistema grande, composto por mais de 100 assessorias. Nós também criamos o fórum dos assessores, uma reu-



A comunicação do governo FHC era toda terceirizada. Não é a fórmula adequada para um espírito de comunicação democrática

dem de forma muito mais simples do que pensamos quando estamos de fora.

Z - Quais as principais críticas que você fazia à comunicação institucional dos governos anteriores?

BK - Antes não conhecia de perto como era feita a comunicação de um governo. Posso fazer uma crítica aos governos anteriores a partir do que eu passei a aprender depois que fui para Brasília. Nós descobrimos que praticamente toda a comunicação do governo anterior era terceirizada. Isso é ruim porque o próprio governo não acumulava conhecimentos, não forma equipes, não há planos de carreira e as relações se tornam um pouco promíscuas entre comunicação de governo, agências de publicidade e veículos de comunicação. A terceirização não é uma fórmula adequada para se criar um espírito de comunicação democrática no governo. Outro aspecto que eu também fiquei sabendo depois é que tudo era voltado para a figura do presidente, que era o referencial absoluto para as tarefas de comunicação. O resto, cada ministro que se vire, que cuide de sua comunicação.

Z - O que a Secretaria de Comunicação tem feito para mudar esses problemas?

BK - A nova Secom redefiniu suas atribuições e assumiu

uma tarefa de coordenar e unificar a publicidade e a propaganda do governo federal, incluindo as verbas de propaganda das empresas estatais, ou seja, a propaganda institucional. Este tipo de propaganda está todo com a Secom. As empresas têm autonomia para fazer seus planos de propaganda, mas procuram seguir uma orientação geral da Secom em termos de imagem e de conceitos gerais que o governo quer passar. Exemplo disso é o Programa Fome Zero e as contrapartidas sociais. Essas são idéias gerais que a Secom tenta induzir as empresas a seguirem. E do ponto de vista formal, a Secom tem que aprovar todos os planos de propaganda e contrapartida. Isso já era tarefa antiga da Secom, só que era visto de um modo burocrático. Agora não, é visto de um modo operacional. A Secom também tomou algumas iniciativas para uniformizar as assessorias de imprensa do conjunto do sistema Governo - um sistema grande, composto por mais de 100 assessorias. Nós também criamos o fórum dos assessores, uma reu-

Falta apuração. Se observar, percebe que a estrutura das reportagens é feita a partir de uma única fonte. Jornalistas conversam com uma pessoa e tem a matéria. Acho que virou uma cultura jornalística

Z - A comunicação institucional do governo está recebendo muitas críticas. O jornalista Luís Claudio Cunha criticou a Secom. Reclamou que até hoje não conseguiu falar com o ministro José Dirceu. A que se devem essas críticas? O governo está dificultando o acesso à informação?

BK - Os ministros, especialmente o José Dirceu, tem uma carga de trabalho impossível de ser levada do jeito que

está. Dirceu está até propondo uma divisão em sua carga de trabalho, então ele realmente não tem tempo para receber as pessoas, mas deveria ter na minha opinião. Deveria se incutir no governo a idéia de que tempo dedicado à mídia não é tempo perdido, ao contrário, é tempo ganho, é investimento, obrigação. E essa cultura está faltando no governo. Alguns ministros têm essa percepção e postura. Mas ao conjunto do governo, falta essa posição. Eu admito ser verdadeira a afirmação de que é mais difícil falar com ministros nesse governo do que em governos anteriores porque já ouvi essa reclamação de mais de um jornalista. Mesmo se não fosse verdadeira, o fato dessa percepção estar disseminada, já é uma coisa ruim para o governo.

Z - O governo FHC editou uma lei que restringe o acesso a documentos públicos, tornando-os confidenciais. Pelo texto, eles podem se tornar secretos infinitamente. Existe algum projeto para revogar esta lei?

BK - Acho que existe uma iniciativa do governo para modificar esta lei. Não sei se estão pensando em uma medida provisória, ou se algum deputado vai apresentar um projeto. Eu sei que existe esta iniciativa.

Z - Recentemente, o jornalista Ricardo Kotscho reclamou que o governo vem investindo mais em marketing do que em assessoria de imprensa. Que rumo o governo pretende dar à comunicação institucional?

BK - O Kotscho tem razão, principalmente no que se refere aos primeiros seis meses. Neste período, nós da Se-

que alguns jornalistas cometeram, foi interpretar isto como a criação de um sistema autoritário e de controle da imprensa, quando ao contrário, se pretende esvaziar o máximo possível o sistema estatal de comunicação que sempre existiu, tirando dele o componente chapa branca, ou seja, tornando-o mais autônomo, independente, e isso é democratizar. Idealmente poderíamos até pensar em uma Radiobrás - apesar de ser financiada pelo Estado - que não obedeça a nenhuma de suas diretrizes. Os jornalistas que escreveram matérias falseando a política do governo nessa área, prestaram um grande desserviço à democratização da comunicação.

Z - Qual é a idéia para o programa de rádio do presidente?

BK - Os primeiros sempre são um pouco tentativas. Na verdade, eu não gosto de programas desse tipo. O presidente já se comunica muito com a população, ele é um excelente comunicador. Se esse programa reiterar o aspecto vertical da comunicação do presidente, ou seja, ele fala e as pessoas escutam, eu acho que vai ser ruim. O ideal seria um programa em que o presidente dialogasse com a população.

Z - Como surgiu a idéia de produzir o boletim *Leitura da Mídia*? Qual era o seu objetivo?

Era como se houvesse um consenso de que o Lula de qualquer maneira estaria no segundo turno. Na disputa pelo segundo lugar, a mídia tinha mais inclinação para a candidatura do José Serra

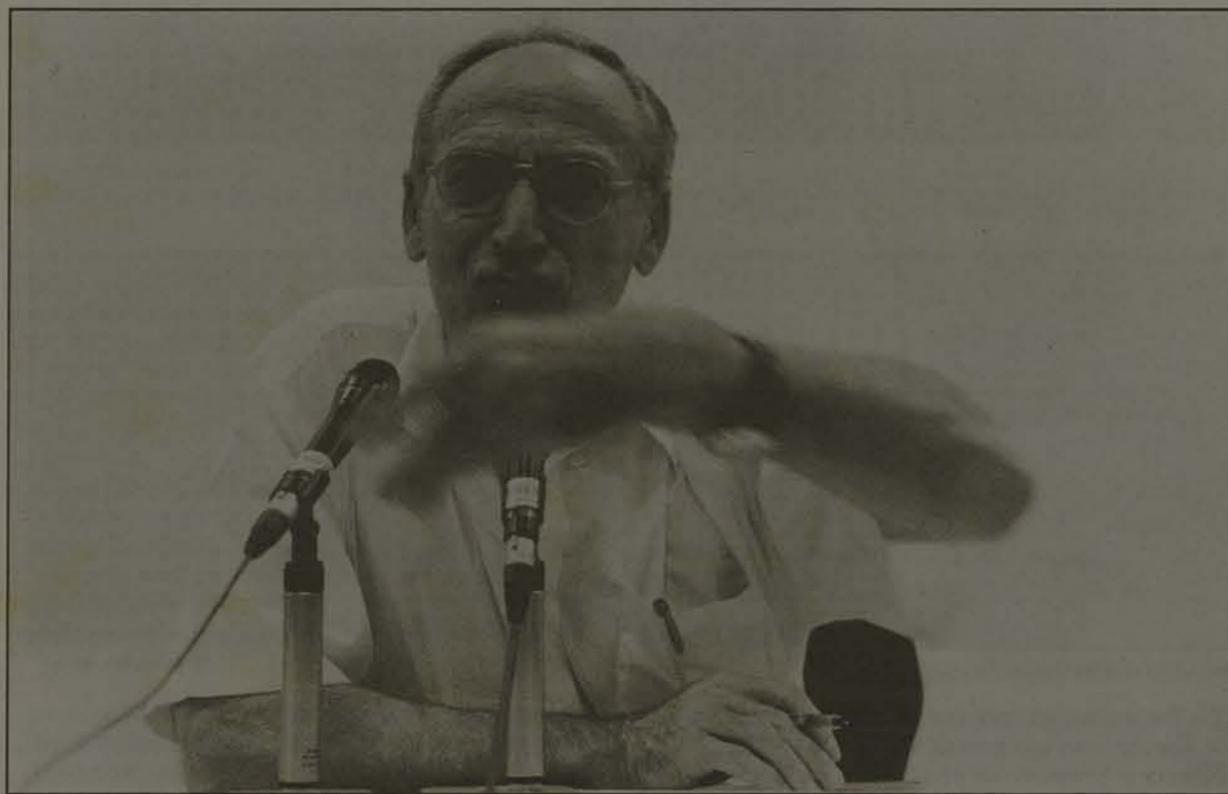
é considerada uma atividade central, uma componente essencial da atividade do governo. Nada é feito sem antes analisar o aspecto da comunicação. Há muito investimento em comunicação, você tem pessoal de carreira, *staff* adequado, chefia, subchefia, recursos. Os governos, tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, acompanham atentamente a imprensa pública. Nos dois países, a relação com a sociedade civil se dá através dos meios de comunicação, da imprensa como uma instituição. Você tem quase um ritual de encontros entre o governo e os jornalistas. São encontros diários em alguns lugares, duas ou três vezes por semana, em outros. São coletivas e *briefings* que as autoridades têm com os jornalistas. É através disso que as informações de governo vão chegar até a sociedade civil e gerar matérias jornalísticas. As diferenças entre a comunicação dos governos dos Estados Unidos e da Inglaterra são sutis e originárias de diferentes regimes políticos, na Inglaterra o parlamentarismo e nos Estados Unidos o presidencialismo. Além disso, há também a diferença estrutural entre os países. A Inglaterra é um país onde há diferenças étnicas muito importantes entre as regiões, mas é um país pequeno, unificado, sendo que os principais jornais estão em Londres. Os Estados Unidos é uma federação de estados, muito grande, parecida com o Brasil, onde você tem estados com relativa independência, grandes cidades fora da região da capital e etc. Na Inglaterra, como o primeiro ministro vai toda semana ao parlamento e presta contas isto é difundido pela televisão. Esta prestação de contas de governo através da mídia se dá com uma enorme intensidade, porque ela acontece através do parlamento. Nos Estados Unidos o presidente não vai ao congresso, isso só acontece excepcionalmente. Então a Casa Branca, o Departamento de Estado e até o Pentágono organizam encontros diários com jornalistas onde eles prestam contas, respondem perguntas, dizem o que o governo está fazendo e o que vai fazer. Em nenhum desses dois países se utiliza dinheiro público para fazer propaganda de governo. Eles fazem propaganda de algumas operações das quais o governo precisa de apoio, como no caso de enchentes, vacinação, mas nunca para fazer propaganda do próprio governo.

Z - Em agosto de 2003 a revista *Primeira Leitura* publicou uma matéria com o título *Comissário do povo*, na qual critica o seu trabalho na Secom. Como é conviver com essas críticas? E o que fazer para manter um relacionamento amigável com a imprensa?

BK - Quando o jornalista age de má fé, não tem solução. A melhor coisa que se pode fazer é se afastar dele. E este foi o caso dessa revista. Antes dessa matéria, acho que publicada em abril, o Mendonça de Barros publicou outra, também não muito pequena, sobre o boletim *Leitura da Mídia*, em que ele criticava uma edição e me criticava, discutindo inclusive minha personalidade. Só que ele não tinha lido a matéria. A matéria tinha sido escrita pelo Cláudio Serri, excelente jornalista, e tinha uma frase que estava em tom que acho inadequado em relação a uma imprensa de governo. A matéria discutia o boicote da imprensa ao Programa Fome Zero.

Acho que o Mendonça de Barros agiu com uma certa displicência jornalística. Ele não sabia que não podia confiar em uma reportagem de outro jornal. Ele se baseou em uma reportagem do *Correio Braziliense*. Cometeu esse erro, e depois voltou com essa matéria do "comissário". Ele encomendou para uma repórter de Brasília, que disse que pediu uma entrevista para mim

e eu recusei, mas na verdade não houve este pedido. Depois eu descobri que ela telefonou para assessoria de imprensa da Secom, quando deveria ter entrado em contato comigo. Eu não tenho assessor de imprensa na Secom. Todas as pessoas que querem falar comigo telefonam para mim. Foi uma matéria feita de má fé, com afirmações falsas, distorções, descontextualizações. Depois eu mandei



A pessoa é chamada de bandido e acusada, o que viola os princípios de justiça e transforma a mídia em tribunal de linchamento

com, tínhamos a tendência de procurar soluções por via da propaganda. Mas depois de algumas discussões nós definimos que o governo não deve fazer propaganda *stricto sensu*. O governo deve fazer campanhas de esclarecimento, e isso implica uma mudança de ênfase, ou seja, um uso maior de operações de esclarecimento, dos recursos do Jornalismo e das Relações Públicas, e um uso menor de técnicas de propaganda. Um exemplo dessa nova maneira de trabalhar com a propaganda é a campanha de esclarecimento à opinião pública de como usar o microcrédito. Os recursos já estão disponíveis e as pessoas não sabem usar porque não foi feita uma campanha de esclarecimento.

Z - Quais as principais mudanças implantadas na Radiobrás (Agência Brasil) e no programa de rádio *A voz do Brasil*?

BK - Na voz do Brasil, houve uma mudança de timbre. Ela deixou de ser pomposa e formalística, tornando-se um pouco mais fluente, com a linguagem um pouco mais parecida com a das emissoras comuns. Isso na parte do Executivo, a do Congresso não mudou em nada. A Agência Brasil se tornou mais ativa. Passou a cobrir um número maior de eventos e acontecimentos da sociedade civil, não apenas estritamente aonde vai o presidente e o que aconteceu com ele. Eles estão também buscando um jornalismo público, que não seja chapa branca. Essa é uma busca complicada, e não sei o quanto eles avançaram. Está havendo um grande esforço da Radiobrás por um projeto de televisão latino-americana. A Radiobrás está também aperfeiçoando o seu sistema de clípagem e de resenhas. Em geral, há um aprimoramento e uma profissionalização. O equívoco

BK - Este era o boletim em que eu fazia uma análise diária do trabalho da mídia, o que acabou "pegando" um pouco mal, fazendo com que eu deixasse de fazê-lo. A idéia original era fazer uma análise dos nossos procedimentos de comunicação, uma autocrítica diária, no sentido de aperfeiçoar esses procedimentos. Mas com o tempo nós começamos a perceber que para fazer autocrítica desses procedimentos, você acaba, em certo sentido, dando munição para que a mídia critique ainda mais profundamente o Governo. Nós não devemos bloquear o trabalho da mídia, mas também não devemos com nosso trabalho dar mais munição a eles. Desde o começo nós sempre tomamos o cuidado de escrever de forma que esses textos - que são de trabalho interno - vazassem na imprensa sem prejuízo ao governo. Já existia um limite de como tratar as questões. Eu tratei mais dos erros da mídia do que dos do governo. Aí, ao falar dos erros da imprensa pega mal. Os jornalistas não gostam de ser criticados. Depois, esses documentos continuaram chegando à mídia, criando ainda mais polêmica. Se está prejudicando o governo, é melhor não fazer mais. Mas está fazendo falta. A turma estava acostumada com aquelas discussões. Mas infelizmente no Brasil não temos espaço para esse tipo de coisa, sempre gera

Nos EUA e na Inglaterra a comunicação é considerada um componente essencial da atividade de governo. E em nenhum desses países se usa dinheiro público para fazer propaganda do governo

uma carta grande de resposta, mas não tem jeito. Quando as pessoas agem de má fé não tem solução, a gente deve se afastar. Não devemos comprar briga com jornais e nem com jornalistas. A função de uma assessoria não é comprar briga com a imprensa, é facilitar o trabalho da imprensa e colocar de forma adequada a posição do Governo. Quando você percebe que tudo o que você faz é interpretado ao contrário, aí você tem que se afastar. Eventualmente em caso grave, você abre um processo. O ministro Gushiken abriu um processo contra um jornal de Brasília e ele não arreda. Abriu o processo e vai até o fim porque acusaram ele de defender interesses pessoais junto a fundos de pensão. Uma acusação altamente inverídica. Eu acho que quando a honra é afetada você tem que abrir um processo, apesar de que quando você pertence ao Governo, é mais conveniente sacrificar a defesa de sua honra para não criar um caso com o jornal, tamanho é o risco quando você compra uma briga com um jornal. As relações com a imprensa têm que ser corretas e cordiais, não pode haver hostilidade. Temos que tolerar erros cometidos pela mídia, aceitar seu direito de fazer a crítica e, às vezes, deixar passar alguma que normalmente não se deixaria passar, em nome dessa necessidade de ter um clima de cordialidade.

Z – Após esse episódio você escreveu um artigo criticando a matéria publicada pela *Primeira Leitura*, já que ela teria feito uma reportagem baseada em matéria de outro veículo, o *Correio Braziliense*. Falta apuração no trabalho dos jornalistas brasileiros?

BK – Falta apuração. Hoje, se você observar a estrutura das reportagens, você percebe que a maior parte delas é feita a partir de uma única fonte. Os jornalistas conversam com uma pessoa e tem a matéria. Um exemplo, no caso de uma matéria sobre mudança no ministério, o repórter fala com uma fonte e escreve a "folha apurou que...". É uma matéria que tem informações, mas uma melhor teria que ter mais fontes. Só assim você percebe qual parte da informação é "jogada" da fonte e qual não é. Você descobre também, quanto daquela informação é uma tentativa da fonte de influir na mudança do ministério sobre o qual ela está falando. Esse padrão de uma fonte só por matéria está ligado à grande redução de pessoas trabalhando nas redações, gerando carga de trabalho excessiva. Às vezes, o jornalista tem que fazer três ou quatro matérias em um único dia, sentindo-se dessa forma, "roubados" se tiverem que entrevistar mais de uma pessoa para fazer as matérias. Acho que virou uma cultura jornalística.

Z – É possível a elaboração de um código de conduta para a classe?

BK – Acho complicado. Acredito que o governo deveria ter um código de conduta para seus comunicadores. Não apenas um código de conduta, mas talvez, um código geral de conduta, genérico. Depois, certas unidades do Governo, departamentos, teriam códigos específicos. No caso da Polícia Federal, com as revelações sobre o crime organizado em São Paulo, que envolve juízes e tal, por exemplo. Você abre o jornal e todo dia há novos dados e gravações liberadas para a imprensa. Eu acho errado isso. São procedimentos de validade duvidosa. É errado você liberar peças de acusações contra as pessoas sem que elas tenham o direito de defesa ou tenham sido julgadas. Isso é uma visão política da repressão. Dessa forma, funcionou a operação "Mãos Limpas" na Itália. Você procura o apoio da opinião pública para que o processo ande. Eu acho que os departamentos de governos que trabalham com estas áreas, deveriam ter um manual de conduta para saber o que pode e o que não pode, sobre determinadas condições, ser liberado para os jornalistas. Na visita aos Estados Unidos, estivemos no escritório do procurador-geral do distrito de Columbia e eles têm um manual muito interessante, onde explicam como revelar os casos em andamento para a imprensa, eventualmente omitindo nomes ou dando nomes dos acusados. Existem etapas no processo a partir da qual você pode revelar o nome, e etapas anteriores nas quais você não pode revelar o nome porque a pessoa ainda não se defendeu. Aqui nada disso acontece. Você liga a televisão e assiste à pessoa sendo presa no momento do flagrante. A pessoa é chamada de bandido e acusada sem passar por nenhum processo, o que viola os princípios mais elementares da Justiça e transforma a mídia em um tribunal de linchamento. Falta aos políticos, executivos, burocratas e aos funcionários, muito conheci-

Acho que esses acordos com o FMI não são bons para o Brasil e se o governo decidiu que tem que assinar um acordo, suas razões para isto devem estar mais claras para a população. E elas não estão

mento da importância que a mídia têm e de como se relacionar com ela.

Z – Em *A síndrome da antena parabólica – Ética no jornalismo brasileiro*, você demonstra como a elite da imprensa faz e controla a agenda dos grandes temas públicos a partir dos interesses da minoria que se fecha num círculo opaco para financiar, imprimir, fornecer, escrever e consumir as notícias. Por que isto acontece no Brasil?

BK – Não é só no Brasil. Em geral a agenda, a pauta da mídia é agendada com maior ênfase pelos que têm mais poder. Isto acontece também em outros países, talvez um pouco mais no Brasil. Isso ocorre por vários motivos: os jornalistas são muito mais ligados à elite do que à população, a própria origem social dos jornalistas leva a isso, as fontes dos jornalistas, em geral, são ligadas ao capital financeiro e aos grandes empresários e, além disso, a imprensa não costuma procurar fontes do movimento popular, das ONGs, por exemplo. Eu acho que o direcionamento da agenda para interesses mais elitistas, é originário da forma como a própria sociedade está organizada, não é fruto de uma ação ou de publicidade, é algo que ocorre naturalmente.



A imprensa alternativa está ressurgindo na web. O discurso dela já é alternativo e é também contra-hegemônico e mobilizador

Z – Em um artigo você comenta que no Brasil uma rede apenas, sob o comando da TV Globo, domina a audiência e promove os candidatos de preferência das elites desde as eleições para governadores em 1982 (as primeiras após o fim do regime militar) até as três campanhas presidenciais, de 1989, 1994 e 1998. Como você avalia a cobertura da mídia nas eleições de 2002?

BK – A cobertura foi bem melhor do que em 1998 e bem mais isenta. No comitê, nós fizemos um acompanhamento através de uma metodologia. O trabalho foi publicado e apresentado no III Fórum Social de Porto Alegre. Este levantamento nos mostrou que a mídia em relação ao Lula, teve um comportamento bem mais neutro e não foi particularmente hostil como nas outras campanhas. O que nós verificamos é uma certa tendência da mídia a ser hostil àqueles candidatos que ameaçavam a candidatura do José Serra. Era como se tivesse havido um consenso de que o Lula, de qualquer maneira, estaria no segundo turno. A grande disputa é pelo segundo lugar, quem vai disputar com ele. E aí, a mídia claramente tinha mais inclinação pelo Serra do que pelos outros candidatos. O caso da Roseana é típico. Houve uma instrumentalização direta da mídia para destruir a campanha da candidata.

Z – Em 2002, você afirmou que um acordo com o FMI havia sido uma das maiores tramóias da história econômica do Brasil. Você continua com esta opinião sobre os acordos com o fundo?

BK – Continuo, acho que esses acordos não são bons

para o Brasil. A minha posição é a seguinte: se o governo decidiu que tem que assinar um acordo, suas razões para isso devem estar mais claras para a população e elas não estão. É um problema de comunicação, e pessoalmente, não estou convencido de que o acordo é necessário. A questão não é assinar ou não um acordo. O problema é que tipo de acordo que você assina. No caso do FMI, acredito que teria sido ideal assinar um acordo que modificasse significativamente os paradigmas do FMI. Porque assim teríamos as vantagens de um acordo – disposição de recursos se necessários e possibilidade de modificar os paradigmas do FMI naquilo que eles são perniciosos aos países em desenvolvimento. Dessa forma, estaríamos dando uma contribuição ao conjunto dos países em desenvolvimento através de uma intervenção na política internacional.

Z – Você acredita que seria melhor para o Brasil uma integração imediata na Alca ou é necessário mais tempo para se debater as idéias?

BK – A Alca é um problema um pouco mais sério, é um tratado definitivo. Ela molda o futuro, diferente dos acordos com o FMI, que são de um ou meio ano e que você pode interromper a qualquer momento. A Alca irá formatar o nosso destino como nação. Então é preciso discutir porque os

americanos insistem tanto na Alca. Para eles, a Alca é um projeto estratégico, em que eles têm alguns objetivos. O primeiro é o de não permitir a formação de um bloco econômico autônomo na América do Sul, que é o Mercosul, que poderia ser ampliado. Segundo, criar uma zona preferencial na América do Sul para empresas americanas, ou seja, nos tornar um mercado quase cativo dos americanos e isso não nos interessa. Em terceiro lugar, penetrar com mais intensidade nas áreas em que os americanos avançam mais - as áreas de serviço - impondo regras mais rígidas de direitos autorais, royalties, além disso, exigindo a abertura plena a capitais nos setores de educação e comunicação. Muitas cláusulas no acordo da Alca interfeririam na nossa autonomia na definição de políticas públicas. Podemos ser obrigados a privatizar o ensino superior ou ter que parar de produzir genéricos porque a Alca exige tal e tal coisa. Para os americanos este projeto é estratégico. Então nossa abordagem também tinha que ser estratégica. Não se trata de somar se a gente vai exportar um pouco mais, ou um pouco menos, o importante são os aspectos estratégicos. Não podemos aceitar uma Alca que mexa na sua capacidade de ter políticas públicas. Se conseguirmos impor estas condições não há nenhum problema em entrar na Alca. Só, que como vemos, isso é difícil porque não é o que os americanos querem.

Z – Em seu livro *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, você dissecou este tipo de imprensa. Qual o motivo do desaparecimento destas publicações?

BK – Eu acredito que esse tipo de publicação não desapareceu, e está ressurgindo através dos sites da internet. Não há nada mais alternativo nessa fase do que um site na Internet. Ele é feito por uma pessoa ou por uma entidade pequena. O discurso dele já é alternativo e é também contra-hegemônico e mobilizador. A Internet hoje é uma imprensa alternativa. O espaço ideal para se fazer imprensa

alternativa é a Internet, principalmente pelo custo. Em segundo lugar, mesmo nas mídias convencionais você tem jornalismo alternativo hoje mais do que tinha há cinco anos. Temos *Caros Amigos*, *Brasil de Fato*, *Mais!*, e outras. Temos pelo menos dez jornais, impressos da forma tradicional, mas que são da imprensa alternativa. Depois, tem o trabalho desenvolvido por empresas no terceiro setor, empresas que fazem atividade social. E finalmente os *fanzi-nes*, que é uma típica imprensa alternativa. Quanto ao livro, acabou de sair uma nova edição pela Edusp. Trata-se de uma edição nova, atualizada, com correções e principalmente, graficamente diferente. Ela tem todas as primeiras páginas dos jornais a cores. Nos últimos anos, este livro se tornou uma matriz para muitos trabalhos de conclusão de curso e de mestrado. A nova edição tem referências a alguns destes trabalhos. Além disso, modifiquei substancialmente o enfoque dado ao *Pasquim* por críticas que recebi do Ziraldo.

Z – Você foi correspondente no Brasil do *The Guardian*, do *Euromoney* e da *Latin America Report*. Como ordenar informações para esses veículos? O que acontece no Brasil e é notícia para essas redes?

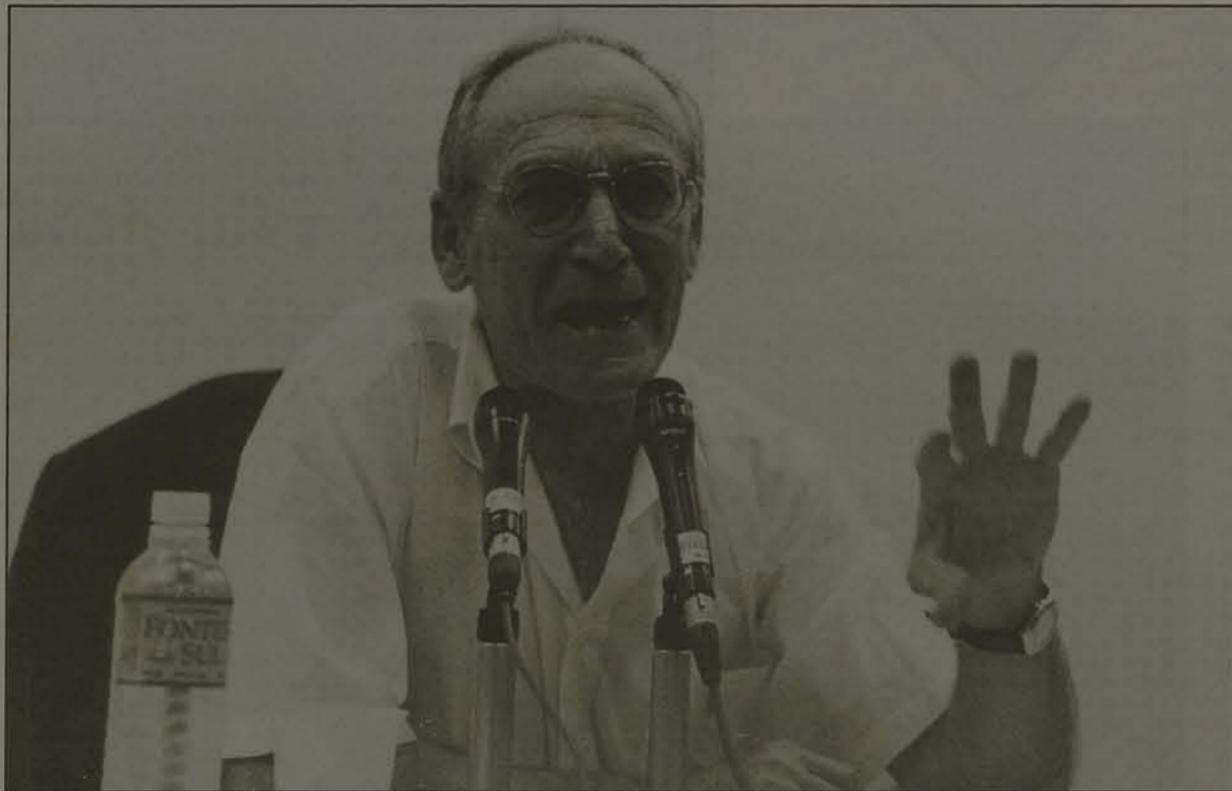
BK – No *Euromoney*, que é uma revista especializada em finanças, as matérias eram pautadas por eles, eles viam o que interessava e pediam as matérias, algumas especiais. Agora o *Guardian* é um jornal diário, então eu tinha que “ficar de olho” e eles esperavam que eu soubesse o que estava acontecendo. Você deve saber, caso contrário, qual o sentido de um correspondente se ele não sabe o que está acontecendo? Você deve propor as matérias, e no caso do Brasil, você não deve propor muitas, porque essa não é uma área prioritária do *Guardian*, então você tem que fazer matérias adequadas, no momento certo, quando você tem uma crise, por exemplo. Eram matérias na época, sobre repressão política, porque esse é um assunto que sempre tem um sentido universal. Existem alguns temas sobre o Brasil que já são mitos na imprensa inglesa, como a questão da Amazônia, dos índios, das favelas. São temas abordados até de forma desproporcional, todos os dias têm matéria. Eu, parti-

A cobertura da guerra foi infantil. A destruição cultural do Iraque, a dissolução das instituições, saque de museus, são colocadas na mídia como um erro americano, mas não foi um erro, foi uma política

cularmente, escrevia muito sobre finanças, dívida externa e crise militar. Essa era mais a minha área. Acredito que seja isso, eles esperam que você saiba o que está acontecendo, então você deve tomar a iniciativa e mandar matérias. No caso da Inglaterra, a grande desvantagem é o fuso horário, eles estão quatro horas à nossa frente, o que dificulta bastante o trabalho.

Z – Como professor de Jornalismo Internacional, como você avalia a cobertura realizada pelos principais periódicos brasileiros e americanos sobre a invasão?

BK – Foi muito ruim e está sendo ruim até hoje. Há até uma história interessante sobre isso. Existe um livro chamado *A primeira vítima*, que é um livro que eu recomendo, onde o autor diz que a primeira vítima da guerra é a verdade, e foi o que aconteceu na guerra do Iraque. Os americanos fizeram da “operação mídia”, a primeira operação de guerra, uma operação bem sucedida. Eles conseguiram ganhar a mídia americana em favor da guerra, não só porque eles se aplicaram em fazer isso, criaram os mecanismos - o “repórter embutido” que vai junto com a tropa, por exemplo - como também a mídia está em um estado de espírito patriótico desde o ataque ao World Trade Center. Pode-se considerar até mesmo um espírito belicoso, guerreiro. Tem sido na verdade, uma cobertura infantil, “babaca”, onde não se consegue perceber o que está acontecendo, especialmente no noticiário diário, ele é todo feito de mentiras. Eu me lembro que na época da descoberta das armas de destruição em massa, todo dia aparecia uma nova descoberta, sendo que depois de três dias, ela era desmentida. Em um determinado momento, percebi que aquilo era de propósito, somente para ocupar o espaço na mídia. Isso aconteceu umas 20 vezes. Então, a notícia dada isoladamente sem uma conclusão, transmite uma impressão falsa. No entanto, alguns artigos e reportagens, em exceção à regra, foram muito bons, mas de modo geral, a cobertura está sendo um desastre. Muitas vezes porque os repórteres também não estudam a história do Iraque e assim, não têm referencial teórico. A destruição cultural do Iraque, de suas instituições, por exemplo, é colocada como um erro cometido pelos americanos, mas se você ler a teoria política de Maquiavel, você verá que uma das formas de dominar um país que já tem uma cultura é destruindo-a. Qualquer jornalista deveria saber isso. O saque aos museus, o incêndio da biblioteca, a dissolução do Exército, da Polícia e do Judiciário não foi um erro, foi uma política.



Maquiavel diz que uma das formas de dominar um país com cultura, é destruindo-a. Qualquer jornalista deveria saber disso

Wellington Campos

RESENHA

Jornalista conta sua versão sobre a história da imprensa alternativa

Numa época em que falar mal do governo podia até levar à morte, eles pintaram o sete na imprensa brasileira. Praticamente sem dinheiro e com muitas idéias na cabeça, milhares de jornalistas de diversas partes do país decidiram criar uma alternativa à grande imprensa, que em sua maioria já havia se rendido ao regime militar. Não que esses corajosos profissionais tivessem mais liberdade do que outros, mas entre eles prevalecia a idéia de resistência, ou melhor, eles eram a própria resistência.

Em sua tese de doutorado, de 1991, o jornalista Bernardo Kucinski, também protagonista da imprensa nânica, registrou esse período ímpar do jornalismo brasileiro. A tese logo virou livro e está com edição atualizada, em nova editora, com fotos e algumas correções. *Jornalistas e Revolucionários - Nos tempos da imprensa alternativa* (Edusp, 2003, 440 pp., R\$55,00) mostra o trabalho de dezenas de jornais que, entre 1964 e meados da década de 80, cobraram a restauração da democracia em meio à censura prévia, edições apreendidas, prisões e até ameaças de morte. Nos bastidores das redações, muita disputa política e ideológica, fatores aliás que colaboraram para o declínio de algumas publicações.

Kucinski dividiu o livro em três partes. Na primeira, faz um panorama geral da imprensa alternativa, depois dá atenção especial aos periódicos em que o caráter jornalístico era mais forte e, por último, fala dos grandes jornais de motivação política - *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*. O autor determinou dois tipos de classificação para os nânicos. Um deles se dá em fases, mas não se sabem ao certo quantas. Kucinski diz, a princípio, que são sete e desatentadamente, cita mais de dez.

A primeira geração inicia com o lançamento, em junho de 1964, de *Pif-Paf*, jornal editado pelo escritor e dramatur-



Capa da edição atualizada

go Millôr Fernandes, que abrigou humoristas inspirados pelos primeiros dias do golpe militar e que não tiveram espaço para se expressar na grande imprensa. O humor no jornalismo alternativo, funcionava segundo Kucinski como “terapia coletiva”, dissipando as tensões acumuladas pelo regime. Essa fase terminou por volta de 1966 e em seguida surgiram as publicações inspiradas na Revolução Cubana, como *O Sol*, *Jovem* e *Amanhã*.

O ano de 1968, marcado por grandes manifestações da sociedade civil foi um período de enfraquecimento da imprensa alternativa, em virtude da retomada do jornalismo crítico nos jornais convencionais. Já a partir de 1969 começa uma das fases mais ricas da também chamada imprensa underground. Inclui os semanários de circulação nacional, produzidos sob o signo da resistência político-cultural. Um dos ícones dessa época é o *Pasquim*, lembrado até hoje por ter revolucionado a linguagem do jornalismo brasileiro, instituindo a oralidade na imprensa escrita. Entre os anos de 1971 e 72 surgem publicações cuja característica principal é o humor pesado. As mais importantes dessa época foram *Grilo*, onde prevaleciam cartoons estrangeiros, e *Balão*, que dava prioridade para os humoristas nacionais.

A geração que se inicia em 1975, da qual fazem parte os jornais *De Fato* e *Coojornal*, nasce da “crise do padrão complacente da grande imprensa” e da inquietação causada pela morte do jornalista Vladimir Herzog. *De Fato* era editado em Belo Horizonte e além de operar no plano político e na crítica à ditadura, se dedicava à reportagem local. O *Coojornal*, de Porto Alegre, foi fundado por uma cooperativa de jornalistas, criada como alternativa à crise no mercado editorial e à falta de emprego. Os jornalistas detinham o con-

trole sobre todos os meios de produção de seu trabalho. Para Kucinski, uma proposta desde o princípio contraditória, porque segundo ele, a forma cooperativa não é compatível com o sistema capitalista. Simultaneamente a essas gerações, surgiram publicações regionais e feministas. E depois de 1977, começam a aparecer jornais motivados pelo período de anistia política.

Kucinski tenta mostrar durante todo o livro, que o fim do jornalismo alternativo depois do regime militar aconteceu não apenas por uma questão histórica, mas por fatores bem mais precisos como a vulnerabilidade dos jornais, ocasionada pela fragilidade da administração e pelo repúdio ao lucro. Outro motivo é a apropriação, por parte da grande imprensa, de temas que antes da abertura, eram exclusivos dos nânicos. O jornalista aponta ainda o envolvimento dos jornais com partidos políticos e as divergências ideológicas e políticas que ferviam nas redações.

No último capítulo, o autor descreve minimamente a história dos três maiores jornais alternativos - *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo* - e aponta os motivos que levaram ao seu desaparecimento. É aí que se dá uma das maiores polêmicas da obra, porque, como participante da imprensa alternativa, Kucinski não conseguiu manter o distanciamento e acabou julgando as atitudes de alguns profissionais. Ele atribui o fim de *Movimento*, por exemplo, ao sectarismo do diretor do jornal Raimundo Rodrigues Pereira, com quem teve divergências no período em que trabalharam juntos no semanário.

É inegável que *Jornalistas e Revolucionários* dê uma grande noção do que foi a imprensa alternativa durante a ditadura e até de como foi a reorganização das várias correntes de esquerda no país, mas ao mesmo tempo, é preciso ter consciência de que essa é apenas uma versão do que aconteceu.

Naiana Oscar

Diário de viagem revela um país que é o novo destino de jovens que buscam oportunidades e um estilo de vida diferente, calmo, sem crises e com muita natureza

Maior de 2000, passagem na mão, cabeça cheia de planos, embarquei naquele avião da Aerolíneas Argentinas chorando: me enganei sobre a hora exata do voo e não me despedi de ninguém. Muitas horas depois, já em solo australiano, fiquei sabendo de amigos, faixa e até alguns balões que surgiram no aeroporto, para me mandar embora e que não conseguiram por uma questão de minutos.

Avião pela primeira vez na vida. O voo para São Paulo foi nervoso e contemplativo e a espera no aeroporto, insuportável como qualquer outra. A viagem até a Austrália, por sua vez, teve quase um dia de duração, numa empresa aérea que deixa muito a desejar; um voo chato e com poucas chances de sono. Foram, ao todo, cinco aviões diferentes e dois dias inteiros de viagem. Florianópolis - São Paulo, Buenos Aires - Auckland (Nova Zelândia), Sydney e finalmente Brisbane, meu destino final.

Por que Brisbane, de tantos lugares espetaculares de que ouvira falar no continente australiano? Brisbane fica no estado de Queensland, na costa leste do país. É uma cidade grande, para padrões brasileiros e muito cosmopolita. Não tem praia, só um parque com piscinas artificiais abertas ao público, quase sempre vazias: o famoso South Bank, ponto de encontro, de jogos de futebol e churrascos de brasileiros perdidos que eu logo toparia pela cidade. Na minha inexperiência de viagem, acreditava que deveria, antes de tudo, pegar a fluência no maldito inglês, estudado no Brasil por anos a fio. Achava que pelo menos, no princípio dessa viagem sem tempo limite, era isso de que eu precisava: uma cidade sem praia, sem distrações adicionais, de modo que eu não tivesse desculpas para não me focar no curso de inglês e no trabalho que pretendia, de qualquer maneira, arranjar.

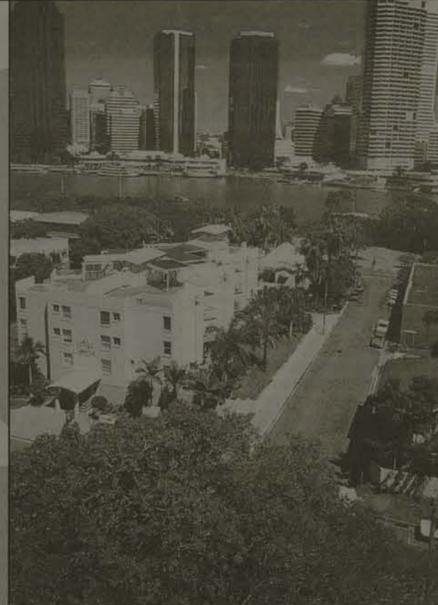
Nesse meio tempo, contentei-me com raras idas à Gold Coast, distante uma hora de trem de Brisbane. Espécie de Balneário Camboriú do primeiro mundo, não era o que eu esperava da exótica Austrália, além de ser um dos maiores redutos de brasileiros, só perdendo para Sydney. No último domingo de cada mês, há uma festa com capoeira, forró e samba, que consegue lotar de brasileiros um bar no calçadão principal de Surfers Paradise, principal praia da região. Também na Austrália, portanto, a presença brasileira é uma "praga": não dá para fugir do convívio com eles. Se bem que nem tentei: nos oito meses que passei em solo australiano, precisei e tive muito amparo de outros brasileiros que fui conhecendo por lá. Encontrar esses conterrâneos era, muitas vezes, um antídoto contra certos choques culturais que vivemos todos, quando nos encontramos.

A maioria dos alunos das escolas de inglês para estrangeiros na Austrália e na Nova Zelândia são provenientes da Ásia - é admirável a quantidade de japoneses e coreanos nas ruas das cidades. Entre os europeus, curiosamente, é a Suíça que envia maior número de jovens a essas escolas, e eles já chegam com um nível de conhecimento do idioma muito maior do que a maioria dos latino-americanos (que também vão em número razoável) vão ter ao sair de lá. É difícil o diálogo com os japoneses e coreanos - o inglês deles é enrolado e cansativo - mas todos os que conheci eram de uma simpatia e humildade admiráveis. Declaradamente apaixonados pela terra dos cangurus, muitos deles tinham planos de ficar para sempre. Diferente de alguns latinos (destaque para os brasileiros) e europeus que conheci e viviam a procurar defeitos na eficiente Austrália, como que num auto-convencimento constante de que bom mesmo é o seu país de origem.

Antes de chegar tinha pago quatro meses de estadia numa casa de família australiana, com oportunidade de reembolsar três deles se não quisesse ficar lá. A matriarca, uma senhora gorda - como grande parte dos australianos - chamada Jewell, não gostou de mim. Acostumada a hospedar japoneses e suíços, nunca conhecera uma brasileira. E tinha em mente alguns preconceitos que nós brasileiras temos de lidar quando estamos em outro país. O que só piorou quando arranjei um emprego, tão logo me instalei na cidade.



Nossa repórter na tradicional foto diante da ponte Darling Harbour, famosa pelos primeiros fogos de artifício que o mundo assiste pela TV nas entradas de ano. Esculturas são das areias de Byron Bay, praia da costa leste que leva aos desertos do nordeste. Brisbane é outro dos grandes centros cosmopolitas que atraem jovens de todo o mundo



visto de estudante me permitia trabalhar até 20 horas por semana, mas acho que ninguém sabia desse detalhe, pois eu cumpria praticamente o dobro. Foi uma fase extenuante, onde tive que conciliar minhas aulas com o trabalho noturno e todas as coisas novas que estavam acontecendo, acrescidas a dificuldade de entender o inglês recortado e cheio de gírias dos Ozzy's, como são popularmente chamados os australianos. Foi nesse começo difícil que me surpreendi com a atitude dos meus colegas de trabalho, quase todos nativos (eu era a única que não falava inglês como primeira língua). Tive, desde o começo, muita sorte: os outros bartenders e garçons que trabalhavam no local me tratavam muito bem, eram de um modo geral pacientes com a minhas dificuldades, e ajudavam-me o tempo todo, muitas vezes encobrendo minhas confusões. As australianas, principalmente, o que me causou aquele espanto incrível de quem vem de um país onde a inveja e a competição fazem parte do pacote "ser mulher". Fiz lá bons amigos, e tive uma despedida emocionante, de álcool e lágrimas, no dia em que saí do Friday's, de bolso cheio e disposta a me jogar na estrada.

Mais do que uma experiência de trabalho muito bem remunerada, o emprego nesse bar foi a minha melhor oportunidade de conviver com australianos, fazendo parte do mundo deles por um longo tempo de minha estada no país. Isso foi fundamental para que eu pudesse assimilar a cultura deles de uma maneira diversa do que costumam fazer os turistas tradicionais. Foram tempos de surpresas diárias sobre a cultura do país no qual me propus passar quase um ano. Esforcei-me, em praticar o relativismo, não necessário para minha sobrevivência e bem-estar entre um povo estranho para mim, embora de fácil convivência. Tive momentos de espanto e alguma admiração por padrões de comportamento que observei e que dizem muito sobre a mentalidade de um povo despreocupado e livre de maiores problemas, que é o australiano.

Na Austrália é severa a proibição do consumo álcool em es-

paços públicos (não se bebe nas ruas nem nas praias) e bebidas alcoólicas só são vendidas nas liquor stores e nos bares. Há uma forte restrição a se dirigir bêbado - e os jovens em geral a respeitavam muito, por mais inconseqüentes que sejam em outras coisas. Admirei-me com a quantidade de cigarros que são consumidos, sem que bajam campanham anti-labagistas contudentes como aqui: grande parte dos jovens começa a fumar pelos 15 anos, com o consentimento dos pais que também fumam. Essa liberalidade se estende na facilidade em se obter drogas ilegais, consumidas de maneira quase irrestrita, apesar da forte fiscalização da polícia australiana, que me pareceu séria o suficiente.

O homossexualismo não é nenhum tabu, principalmente nas cidades grandes e litorâneas. Apesar de existirem diversos bares gays, é comum encontrá-los na noite dita "heterossexual", como o bar em que eu trabalhava. Era muito comum - o que deixava os brasileiros loucos - ver mulheres se beijando e se acariciando enquanto dançavam, ou mesmo encostadas no balcão do bar.

Em Sydney, como eu confirmaria mais tarde, é comum ver casais do mesmo sexo abraçados e trocando beijos dentro de ônibus e trens, além de passearem pelas ruas de mãos dadas, sem que ninguém se volte para observá-los. Há um bairro muito popular e de agitada vida noturna, que é por excelência gay, onde seus moradores convivem pacificamente com os que não o são. Uma vez por ano Sydney recebe homossexuais do mundo inteiro para a famosa Parada do Orgulho Gay, considerada a maior do mundo.

Choques culturais

- Enquanto me esforçava para dar sentido à minha vida em Brisbane, a host mother Jewell me apanhava de surpresa com certas insinuações absurdas e patriotismo exagerado, que incluía uma bandeira da Austrália hasteada no quintal, sorrindo bobamente para quem passava. Agia como se estivesse fazendo um favor me abrigoando sob seu teto e que a convivência com ela e sua família - que só fazia comer - era uma contribuição indispensável à minha cultura, afinal, eu vinha do Brasil, que eles sequer sabiam muito bem onde ficava. Quando comuniquei que ia sair da casa, porque queria mais liberdade, algumas agressões de Jewell se intensificaram. Disse que estava contente com a minha decisão, porque não achava que eu fosse uma boa influência

para Zoe, sua filha de 16 anos. Essa menina fumava maconha em casa, quando os pais não estavam, gastava sua mesada com acessórios inúteis e perdia seu tempo, e o meu, relatando-me suas tantas aventuras com os rapazes da escola, em ordem cronológica, desde que perdera a virgindade dois anos antes. E a má influência, é claro, só podia vir de mim, que estava há um mês num país estranho e só fazia estudar inglês e trabalhar exaustivamente atrás de um balcão de bar, servindo dark beer para australianos bêbados.

Durante os meus outros três meses em Brisbane dividi um flat com duas colegas do curso de inglês, a alemã Kim e a mexicana Claudia. Tivemos inúmeras desavenças, porque elas queriam dividir tudo, mas como eu não tinha tempo de comer em casa não acabava justo ter que limpar os espaços que mal usava. Kim, especialmente, foi a pessoa mais difícil de lidar. Jamais, em minha vida, vou vivenciar tamanho choque cultural como o que o que tive com esta garota. Não entendi, até hoje, o que ela foi fazer na Austrália, além de infernizar minha vida e a de Claudia para que o apartamento estivesse sempre brilhando de limpo, e nos atazanar todas as vezes que bablavamos português perto dela, porque acabava uma total falta de respeito que falássemos qualquer língua que ela não entendesse.

Pé na estrada - Setembro de 2000, o Brasil jogava em Brisbane na primeira fase das Olimpíadas. Na arquibancada estava eu e outras dezenas de brasileiros, esgançando-nos no meio de uma torcida de australianos ponderados e outros gringos que estavam lá. Não fiquei para ver o jogo que desclassificou o time de Luxemburgo dos jogos de Sydney. Já estava cansada de Brisbane e da má atuação da seleção. Na mesma semana me formei no curso de inglês, e pedi demissão do Friday's, com o

coração apertado e a cabeça na viagem que planejava fazer.

Saí de Brisbane num sábado à tarde, sozinha e de mobilidade novo, num ônibus verde escuro com a inscrição em letras garrafais: Oz Experience. É um esquema de viagem específico para jovens mochileiros que só existe, por enquanto, na Austrália e na Nova Zelândia (que leva o nome Kiwi Experience). Você compra um passe que lhe dá o direito de parar pelo tempo que quiser, em qualquer lugar ao longo da costa, pegando o próximo ônibus verde que passar por ali. A acomodação é sempre em albergues, que você escolhe, o que não é nada mau num país que tem mais albergues do que qualquer outro tipo de acomodação.

Durante um mês viajei a costa leste da Austrália, conhecendo gente de praticamente todos os lugares do mundo pelo caminho. É um país com uma forte tradição de mochileiros: o mais comum são jovens europeus, principalmente britânicos, mas é grande o número de holandeses, alemães e suíços, além de canadenses e americanos, que vão em grande número e não têm, obviamente, nenhum problema com o idioma. Não é comum ver brasileiros viajando nesse esquema, um pouco porque, creio eu, de um modo geral eles vão para a Austrália mais notos, "patrocinado" pelos pais, com dinheiro contado e para estudar inglês. Também não faz muito parte da nossa cultura botar uma mochila nas costas e ir viajar completamente sozinho, sem pelo menos um amigo a tiracolo.

Eu era a primeira brasileira que muitos desses gringos conheceram até então, e em geral eles se espantavam com a minha pouca idade - eram sempre mais velhos do que meus 19 anos da época. Também custavam a entender os motivos de meus pais, estimularem uma viagem dessas, principalmente na parte financeira - não passa pela cabeça da maioria deles que vêm de países mais desenvolvidos depender do dinheiro dos pais para viajar.

Não é muito diferente o número de homens e mulheres mochileiros, eles em sua maioria entre 22 e 28 anos de idade e quase sempre vão para a Austrália para passar um ano, trabalhando e viajando. Alguns europeus não precisam de visto de entrada, caso dos ingleses e holandeses, e tem permissão para trabalhar legalmente.

Desvendando a Austrália - Peguei o ônibus verde em direção ao norte e fiz minha primeira parada em Noosa Heads, cidade litorânea de clima bom, gente bonita e agitada vida noturna. Foi em Noosa que conheci Namay, americana que se tornou minha grande companheira de viagem. Foram alguns dias de sol, mar e noitadas pelos bares da região.

A partir daí, minha Oz Experience me levou a visitar alguns lugares inacreditáveis do continente australiano, cuja descrição talvez não caiba aqui, por isso destaco dois, que me impressionaram pela beleza exuberante; indispensáveis para quem se disponha a conhecer melhor a costa leste australiana e suas maravilhas: Fraser Island e a Grande Barreira de Corais.

Fraser é uma ilha no sudeste australiano, de acesso restrito. Os visitantes recebem um treinamento específico, através de fitas de vídeo, antes de pisarem lá. Superpreservada, tem lagoas azuis-turquesa de areias finas e brancas, enormes dunas e vegetação cerrada, com trilhas propositadamente selvagens. A estrada da ilha é a areia da praia, e só circulam jipes e caminhonetes com tração nas quatro rodas. Eu e Namay fomos com um grupo de nove pessoas, de cinco nacionalidades diferentes, que eu só conhecemos na véspera, no albergue que organizou a excursão. Acampamos três noites ao longo da praia deserta, tomando banho nas lagoas e convivendo com essa gente, que mal sabia, num festival de sotaques e esquisitices pessoais, uma experiência no mínimo interessante.

De volta ao continente, o ônibus verde toma o rumo norte da costa, parando em algumas praias e cidades pequenas, até a famosa Grande Barreira de Corais, no nordeste da Austrália. Já contava quase três semanas "mochilando" quando finalmente parei em Arlie Beach, praia sem graca, mas ponto de partida para tomar o veleiro que conduz a Whitesunday Islands, as ilhas cinematográficas da Grande Barreira de Corais australiana. Foram três dias, num veleiro com outros trinta turistas do mundo todo, parando numa ilha-resort para dormir e receber instruções. Mergulhar é algo a ser feito de qualquer maneira, menos para quem, como eu, tiver problemas de ouvido e não puder praticar mergulho autônomo por ordens médicas. Contentei-me em fazer snorkel, e deu para ter ideia do que é, de perto, a maior barreira de corais do mundo em termos de quantidade e variedade de vida aquática. Foi tamanha a exuberância do que vi nos corais rasos em pleno Pacífico, que não me arrisco a descrever.

E foi no veleiro, em plena Barreira de Corais, que conheci uma brasileira que mudou os rumos da minha viagem. Ela morava em Sydney, numa espécie de república com outros quatro brasileiros, mais um argentino e um colombiano, mas estava retornando ao Brasil dali a três semanas. Sem destino, eu já



“Durante três meses trabalhei de nove a doze horas por noite. Ganhava AU\$ 12 por hora”

estava a ponto de ir para Sydney de qualquer maneira, pagando estadia em albergues e tentando arranjar emprego. Bethânia, assim se chamava a mineirinha, me convidou para ficar na casa dela, falou da vida que levava em Sydney e me “vendeu” este pacote completo: casa com aluguel simbólico, a uma quadra de Bondi Beach, seis amigos incluídos. Uma semana depois, eu já estava lá, acomodada na sala de TV da casa em Bondi Road, no segundo andar de um restaurante de comida árabe, com toda a minha tralha acumulada nos últimos cinco meses.

Seguiram-se, então, meus últimos três meses de Austrália e os mais malucos de todos. Se em Brisbane eu me dispusera a estudar inglês para valer e ganhar dinheiro, já praticara a língua e gastara boa parte dos dólares no último mês viajando sozinha e meio sem destino. Agora não tinha muito o que esperar, e o que me salvou foi, sem sombra de dúvida, as pessoas com quem me relacionei na cidade mais espetacular da Austrália.

Finalmente Sydney – É incrível como mesmo as praias mais turísticas da Austrália têm grau de poluição zero e conservada beleza natural. Assim também é Bondi Beach, badalada praia distante dez quilômetros do centro de Sydney, reduto de turistas, mochileiros e naturalmente australianos de todo o tipo.

Depois de passar um mês inteiro viajando sem cruzar com brasileiros, foi até um alívio parar numa casa cheia deles. Principalmente porque Sydney me assustava e eles estavam lá há muito tempo, então naturalmente me serviram de guia e companhia. A república era uma grande família e a língua oficial era o português, que o colombiano Brian e o argentino Santiago aprenderam forçosamente e já falavam com fluência.

Morávamos na encosta do morro, na avenida principal que dá na



Bartender: maneira de sobreviver ralando muito

fui fazer uma visita. Eram cinco horas da tarde de uma sexta-feira, e o gerente me recebeu sorrindo: “Você veio pelo anúncio?” Só então reparei nas garotas trajando mini-saias pretas, servindo mesas repletas de homens engravatados. Não fazia idéia de que anúncio ele falava, e mal consegui explicar que recém tinha chegado em Sydney e procurava emprego de garçone. Ao que ele me disse: “Nós não estamos precisando de garçonetes, mas de dançarinas, e se você quiser, nossa coreógrafa Christina pode fazer um teste com você”. O salário? De dois a três mil dólares. Por semana.

Diante de convite tão tentador, tive que sair dali correndo, antes que traísse o que chamo de respeito próprio - para não chamar, idiotamente, de “convicções feministas”. Confesso que hesitei. Em duas semanas poderia ganhar dinheiro suficiente para ir para Bali, o que na época fazia parte dos meus planos, por um mês e ainda voltar para o Brasil com o bolso cheio de dólares. Infelizmente, essa não era minha praia e me conformei com a água ao invés do vinho. No mesmo dia Sílvia arranhou emprego para nós nos Hungry Jack's, uma rede de fast-food típica australiana. Usávamos uniforme completo, que incluía gravata e boné azul-marinho, e era, sem dúvida, a roupa mais assexuada que já usei nesta vida. Até que nos divertíamos: fritando hambúrgueres, fazendo sanduíches de maneira tresloucada, porque tudo tem que ser fast, e ríamos das brincadeiras dos indianos bem-humorados que trabalhavam conosco.

Durou pouco, até receber meu primeiro salário e constatar que eu não estava tão desesperada assim. O valor era irrisório e os dias de sol em Sydney passavam despreocupados, enquanto Bondi Beach lotava de gente torrando nas areias brancas. Larguei de um dia para o outro e nunca mais apareci, nem para devolver o uniforme. Tempos depois



Bondi Beach, de ondas violentas, uma das praias mais frequentadas pelos surfistas em Sydney. Fraser Island, patrimônio da humanidade, parque nacional e maior ilha de areia do mundo: paraíso

“Em Sydney, é comum ver casais gays abraçados e trocando beijos nos ônibus e trens”

praia, que era onde passávamos grande parte do dia. Já era outubro, e começava a esquentar em Sydney - na Austrália as estações do ano são como no Brasil. Eu dividia um quarto grande, com dois colchões de casal, com Sílvia, paulista bicho-grilo que morara na Nova Zelândia e tinha várias histórias para contar. Toda a nossa casa era decorada com móveis achados na rua, que os australianos deixam na calçada de suas casas quando compram móveis novos. Passam a pertencer, tradicionalmente, ao primeiro que passar e quiser fazer bom uso da coisa. A casa, inicialmente vazia, tinha sofás, mesas, prateleiras com gavetas, e, inclusive, torradeira e televisão - “achados” que o povo da casa obtivera nos últimos meses.

O meu dinheiro tinha, curiosamente, se esvaído na semanas recentes. Fui com Sílvia procurar emprego na semana seguinte à minha chegada. O único problema era o meu visto, que eu tivera que mudar para o de turista por não estar mais estudando, e que não me permitia trabalhar legalmente. Sílvia, me garantiu que isso não seria problema, porque estava há meio ano por lá fazendo servicínhos informais e a questão do visto não atrapalhava. Porém, eu sabia que nunca conseguiria um emprego sério e bem-remunerado como o que eu tinha no Friday's, em Brisbane. E isso me desanimava. Queria me utilizar da experiência adquirida no bar, da fluência na língua e tudo aquilo que me custara tanto aprender em Brisbane. Mas em todos os locais em que pedia emprego, já em Sydney, me pediam para ver o maldito visto, e acabei me resignando a ir atrás dos empregos que Sílvia arranjava.

Antes disso, porém, fiz uma última tentativa. Uma inglesa que eu conheci durante a viagem tinha me falado de um emprego de garçone, que teve em Sydney, onde era muito bem remunerada. O bar ficava no centro da cidade, encontrei o endereço na lista telefônica e

arranjei outro emprego, num restaurante na frente da praia, dirigido por um israelense, que só contratava quem estivesse ilegal como eu. Fui despedida, duas semanas, depois porque deixei, sem querer, que sete pessoas de uma mesa saíssem sem pagar a conta.

Noite louca, louca vida - Cheguei em Sydney achando que iria presenciar a mais alternativa e agitada vida noturna da Austrália. De fato ela é, mas não pude participar dela ativamente. Entrar nos bares que ficam no centro da cidade - perto da Opera House, no lugar chamado Darling Harbour, onde tudo acontece - é caríssimo, fora o que se gasta em cada mísero drink. É claro que alguns brasileiros sempre davam um jeitinbo de entrar sem pagar, assim como freqüentemente não pagavam para andar de ônibus e furtavam cerveja nos bares. Mas eu não me dava a esse trabalho e me contentava com as noites do Bondi Hotel, em frente à praia, que íamos de casa a pé e não cobrava entrada. Fui em apenas dois loucos clubs em Sydney, onde pude presenciar o consumo livre e banalizado do ecstasy, oferecido de boca em boca a preços de ocasião.

Um comprimido custava de 30 a 40 dólares no mercado negro, mas em Bondi havia um israelense que fazia pronta-entrega a qualquer hora do dia a um preço mais camarada. Toda a praia comprava narcóticos dele, que, fiquei sabendo tempos depois, foi preso devido à uma denúncia “anônima” - na verdade, de uns sul-americanos que disputavam o mesmo mercado.

É muito comum, na Austrália, hotéis-pubs como este que frequentávamos. Na verdade eram dois: o Beach Road e o Bondi Hotel, um perto do outro, com gigantesco espaço interno e sempre lotados de gente do mundo inteiro, além dos próprios australianos. Conta a lenda que na Austrália há seis homens para cada mulher e, ao menos nesses bares isso podia ser considerado verdadeiro. Há geralmente mais

“Alguns brasileiros sempre davam um jeitinbo de entrar sem pagar nos bares e nos ônibus”

de um andar, com mesas de sinuca, vários bares com charmosos bartenders, e pistas de dança. O som é sempre eletrônico: lá não é comum bandas cover e as pessoas só vão em shows de bandas originais. Em todo o tempo que estive lá, porém, não soube de nenhum show que valesse a pena, talvez porque as olimpíadas recém tinham acabado e com ela todas as atrações de bom nível programadas para aquele ano.

E assim passaram-se meus dois meses de Sydney: praia, empregos descartáveis, algumas noitadas em Bondi e excesso de brasileiros, nesta que é uma das mais multiculturais cidades do mundo. Foi nessa época que conheci uma pessoa que ia me fazer mudar por uns tempos de endereço, e repensar alguns dos meus (pre)conceitos, numa história que sobreviveu ao tempo e às distâncias e dura até os dias atuais, com reais chances de final feliz.

Mas o tempo passou depressa. Já era dezembro, e quando centenas de turistas estavam invadindo a cidade para as badaladas festas de fim de ano, eu já pensava que Sydney não era o lugar certo para mim. O pessoal da minha casa se dispersou para as festas e eu recebi convites os mais diversos: "vamos para Bali", "vamos para Perth" (cidade no oeste australiano), "vamos para Fiji" - e eu já não tinha dinheiro para ir longe nem queria ficar sozinha em Sydney no meio da agitação de final de ano. Além disso, minha cabeça estava pedindo que eu parasse para pensar em tudo o que tinha feito e sentido naqueles últimos meses, tão inusuais e tão celebrados na minha consciência impressionável - e em transformação - de estudante brasileira viajando e aprendendo no louco e jovem país Austrália. Só havia, pensei na época, uma solução. Ir para um dos lugares de que mais ouvira falar desde que pisei no país. Byron Bay.

Paraíso duende - Byron Bay é o reduto hippie e psicodélico da Austrália. Fica na costa leste, distante 3 horas ao sul de Brisbane, mas

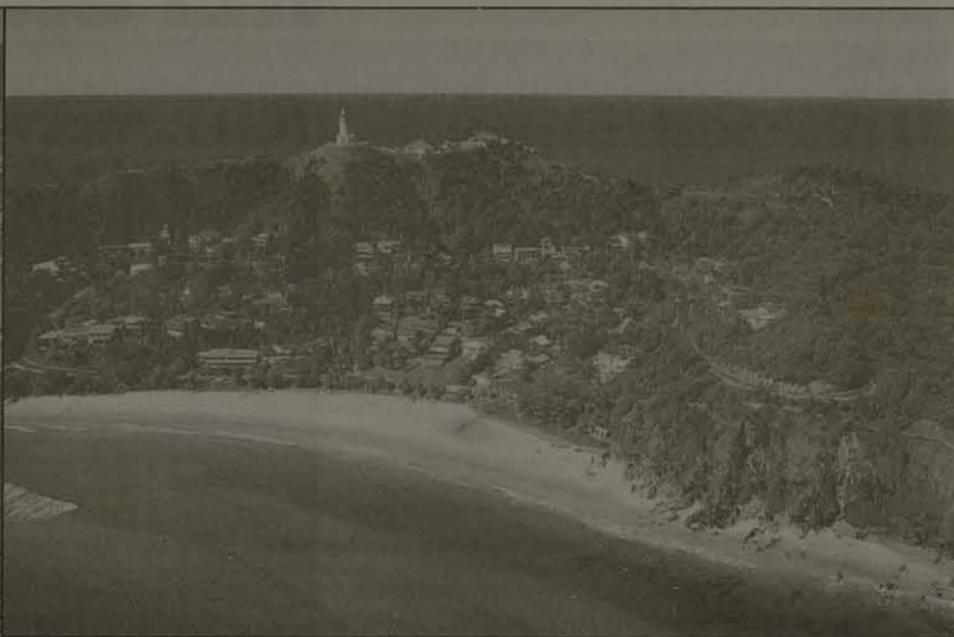
tro beliches. Todas as noites havia apresentações de malabaristas com fogo, teatro, oficinas de artesanato e dança e, às vezes, mini raves organizadas pelo albergue. Quem trabalha lá são os próprios mochileiros, que ganham acomodação em troca de pequenos serviços. Há também um cinema alternativo, com poltronas reclináveis e travesseiros, onde assisti o péssimo filme *As virgens suicidas* num dia chuvoso de dezembro.

Viajar sozinha, na Austrália, nunca foi um problema, e em Byron Bay arranji compãnia desde o primeiro dia: nesse albergue era grande o fluxo de gente entrando e saindo, outros viajantes bem-dispostos a conhecer gente e a ter experiências diferentes e lúdicas por lá. Brasileiros, mesmo, conheci apenas um. Chamava-se Wesley e parecia um duende. Baixinho e moreno, usava um gorro dia e noite e contava coisas muito interessantes a respeito da sua vida. Tinha 24 anos e recém retornara da Tailândia, mas morou na Inglaterra todo o ano anterior. Dizia que queria continuar viajando pelo resto dos seus dias. Foi dele que ouvi a célebre frase de saudades: "Do Brasil só sinto falta, sinceramente, da minha mãe e da cachaça".

A passagem do ano 2001 aconteceu na praia principal, com gente de todo o tipo e lugar reunida. Nesta noite havia policiamento intenso e milhares de pessoas nas ruas. Policiais confiscavam bebidas alcóolicas dos passantes - há uma lei que proíbe o consumo de álcool em lugares abertos - mas não conseguiram impedir que centenas de pessoas entrassem peladas no mar depois da meia-noite.

Ilha da fantasia - Nunca pensei, nesses meses todos, em morar para sempre nesta que é a maior ilha do mundo. Não pelos sentimentos nacionalistas que eu tenha - mesmo porque nunca fui exatamente a fã número um da realidade que nos cerca nesta

"Nimbim é um vilarejo com cafés no estilo holandês e com um museu sobre marijuana criado nos anos 60"



Gold Coast, onde está Surfer's Paradise, sexta maior cidade da Austrália e capital do entretenimento. Byron Bay, meca do surf e de esportes náuticos, recusou presença do Mc Donald's e Burger King

já no estado de New South Wales, cuja capital é Sydney. Surfistas, andarilhos e turistas de todo o tipo dividem as areias das praias limpíssimas e de mar aberto. Fui a Byron num ato de coragem, no meu último mês de viagem, sozinha, curiosa e de cabeça aberta, disposta a acabar meu caso de amor com a Austrália em algum lugar sensacional.

Byron é uma cidade que parou no tempo, conservando cara e clima dos anos 70. Algumas praias são frequentadas por famílias de classe média e média alta australiana e as propriedades são caríssimas. No reduto mais turístico da praia, porém, onde se concentram os mochileiros, as comunidades hippies e os andarilhos, a maconha é consumida em qualquer lugar e hora, e quase não se vêem policiais. Apesar disso, a cidade é pacífica, os dias custam a passar e as opções noturnas mais típicas são as bush parties, como são chamadas as raves, que são divulgadas de boca em boca e acontecem em matas fechadas e de acesso labiríntico. Ecstasy e LSD são drogas muito consumidas por lá, porém nada é mais típico de Byron do que os famosos cogumelos, que podem ser encontrados nos extensos sítios e matagais da região ou comprados em Nimbim, cidade legaliza a uma hora de carro de Byron. Albergues da região fazem excursões diárias a Nimbim, que é um vilarejo muito interessante, com cafés no melhor estilo holandês e um museu da marijuana que data do final dos anos 60. A impressão é que aquela região parou, realmente, no tempo: velhas vans coloridas com inscrições e símbolos hippies e feiras e festivais no estilo Woodstock dão a cara e a cor da paisagem byroniana.

Passei o Natal do ano 2000 no Arts Factory Backpackers, espécie de albergue na mata, a um quilômetro da praia, com cabanas, chalés e camping, além dos quartos normais de qua-



Repórter se une aos japoneses no vexame da seleção

terra de palmeiras - mas por ser a Austrália um país tão fantasia: parece, aos olhos de quem chega de um país controverso como o Brasil, que se está num lugar idealizado, depois projetado e construído com perfeição. Onde as páginas dos jornais dão conta de incêndios, assaltos sem maiores vítimas e crimes passionais, e muito pouco se fala de política. A Austrália cultua a rainha da Grã-Bretanha e importa da Europa muito de seus costumes. A arquitetura é peculiar, a arte dos aborígenes também - eles são, por sinal, um capítulo à parte - mas de um modo geral é um país um pouco vazio de expressões culturais fortes. A abundância de empregos e a ausência de problemas financeiros são fatores que contribuem muito para uma espécie de tédio generalizado, uma das primeiras coisas que observei nos jovens que conheci quando cheguei. Ouvi dizer, mas isso não é informação comprovada que a Austrália é o segundo país do mundo com maior número de suicídios entre os jovens, atrás apenas do Japão.

Embarquei de volta para o Brasil no dia 20 de janeiro de 2001, sorrindo àqueles que durante todo este tempo me mandaram e-mails declarando saudades. Era a mesma, mas não era mais, e a diferença sutil talvez estivesse, como está até hoje, bem camuflada na realidade que retomei por aqui e me fez pousar de vez em terra firme. A readaptação foi difícil e até hoje incompleta. Bem ou mal, uma coisa não foi perdida: a certeza de que não vou reassumir o comodismo dos que nunca cruzaram fronteiras, e acreditam piamente que o melhor - ou o único - lugar para se viver é o seu.

"Não precisamos de garçonetes, mas de dançarinas. Eles davam AU\$ 3 mil. Confesso, hesitei"

"Em dois loucos clubs, presenciei o uso livre e comum de ecstasy, oferecido de boca em boca"

Mariana Dauwe

José Dirceu mandou avisar: "O pau vai comer". No dia 14 de dezembro, a Reforma Universitária entrou pra valer na pauta do executivo com o recado do chefe da Casa Civil ao Ensino Superior Público. O ministro na época era o senador Cristovam Buarque, que parece não ter entendido o que o chefe quis dizer. Foi demitido por telefone. Para justificar a mudança, Lula disse que bastava de discurso - era hora de agir. Tarso Genro, candidato derrotado ao governo do Rio Grande do Sul e ex-ministro especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, foi empossado em 27 de janeiro e assumiu que a prioridade do ano é reformar o ensino superior.

Genro pretende aprimorar a qualidade dos cursos, definir novas formas de financiamento para o ensino superior, aumentar o número de vagas, melhorar a infra-estrutura, ampliar o acesso de pessoas carentes e discutir a autonomia universitária, tudo sem aumentar a carga tributária. Como isso vai ser feito, ainda não se sabe. A primeira medida, estatizar 25% das vagas das universidades privadas para negros, índios e ex-presidiários, gerou polêmica e está sendo contestada pela União Nacional de Estudantes (UNE) e por congressistas como sua filha, a deputada federal Luciana Genro (sem partido-RS). Nos sindicatos de professores e técnicos-administrativos, a greve seria a arma para barrar a Reforma, dependendo das propostas do Governo, ainda não muito claras. Temem que se repita a derrota do ano passado, também lembrada por Dirceu em dezembro de 2003: "Este é um tema muito polêmico, como aconteceu na reforma da Previdência. Vamos tomar partido porque gostamos, somos bons de disputa política e social".

O financiamento da reforma é a primeira preocupação do governo e o ministro já informou, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, que não adianta fazer o melhor projeto "do mundo" sem saber sobre os recursos disponíveis. Mas a questão ainda está indefinida e até medidas polêmicas, como a privatização da universidade pública, são apresentadas como forma de financiamento por alguns membros do governo. Um relatório apresentado pelo Ministério da Fazenda mostra que 46% dos gastos da universidade são destinados aos 10% mais ricos do país. Uma conclusão semelhante foi

mado "dinheiro carimbado", ou seja, se a folha de pagamento dos inativos for transferida para a Previdência, a verba precisaria ir junto.

Vagas ociosas - Visando acabar com a ociosidade das vagas das universidades particulares, atualmente cerca de 38%, o ministro da Educação anunciou no dia 11 de fevereiro a criação ainda neste ano de 100 mil vagas públicas nas instituições privadas e filantrópicas e a pretensão de abrir até 300 mil em cinco anos. O objetivo em longo prazo, segundo o ministro, é reservar 25% das vagas desses estabelecimentos para a população de baixa renda, para afrodescendentes, índios e egressos ou internos do sistema penitenciário em processo de recuperação.

A proposta prevê convênio entre as faculdades particulares e as universidades federais para a realização da seleção e de monitoramento da distribuição das vagas, além de parcerias em pesquisas e estudos acadêmicos. Os alunos que não se classificarem no vestibular das federais e atenderem aos critérios do programa poderão escolher uma instituição particular para cursar. A federal da região será a responsável por distribuir os alunos nas vagas disponíveis.

O mecanismo, de acordo com o MEC, não exige investimento ou ampliação de estrutura. "Hoje 38% das vagas nas universidades chamadas privadas estão ociosas. Isso é uma coisa patética porque tem toda uma infra-estrutura disponível, não requer nenhum tipo de investimento para ser utilizado, e as pessoas não utilizam porque não tem como pagar", pondera o ministro. Em troca, as instituições privadas vão ter abatimento de impostos e as filantrópicas poderão ser transformadas em empresas.

A legitimidade do projeto, no entanto, não foi unânime. Na avaliação da deputada federal Luciana Genro, a medida não foi suficientemente detalhada e se assemelha à compra de vagas. "A proposta do ministério não está exatamente clara, o que se significa essa esta-

de Educação Superior), disse que o problema não é abrir vagas, mas ter o custo e saber quem vai pagar. Para Aldo Vannuchi, presidente da Abruc (Associação Brasileira das Universidades Comunitárias), o MEC precisa, primeiramente, diferenciar as universidades privadas das filantrópicas. Ele reafirma que a diferença fundamental é o fato das comunitárias não visarem lucro e de reinvestirem o dinheiro recebido das mensalidades na própria instituição.

Já para Edson Franco, presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras do Ensino Superior, a melhor forma de inclusão social nas universidades privadas seria o MEC aumentar o acesso ao financiamento estudantil. "É preciso mudar regras. A exigência de fiador (pela Caixa Econômica Federal) para alunos carentes é um contra-senso", reclama. O Fies beneficia hoje 277 mil alunos e teve uma ampliação de recursos em torno de 1,7 bilhão. Mas o ministro, que concorda que o Fies é uma experiência positiva, aponta o lado negativo: "25% de inadimplência".

E as cotas? - Já no primeiro dia de trabalho, Genro defendeu a adoção de uma política de cotas raciais nas universidades públicas, mas reafirmou que a medida é insuficiente. Para ele, a diminuição da desigualdade social no país deve passar por um processo massivo de inclusão. "Sou favorável às cotas. O que digo e reitero é que a política de cotas é insuficiente. O regime de cotas é positivo, simbolicamente importante, mas não resolve o problema da comunidade negra". E levantou a possibilidade das cotas abrangerem toda a comunidade carente, não se limitando a fatores raciais. "Vejam uma situação abstrata em que se tem uma vaga disputada em iguais condições por duas pessoas absolutamente pobres: um negro e um branco. Você deve aplicar a política de cotas? Não". Adiantou também que o MEC terá uma política nacional, mas que cada universidade terá autonomia para adotar os seus critérios.

Autonomia - Discutir a autonomia universitária, ou seja, a organização administrativa, financeira e política sem a interferência de órgãos do governo, também faz parte da proposta do MEC. Para representantes da academia, esse tema é inadiável, uma vez que a crise das universidades federais está, não só na falta de recursos, como também nas "amarras legais" que impedem as ins-

REFORMA ?

Tarso Genro pretende revolucionar o ensino superior, polemiza e enfrenta resistências

apresentada pelo Banco Mundial em julho ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: os gastos com ensino superior no Brasil beneficiam privilegiados. A privatização tornou-se o uma ameaça para o meio acadêmico, principalmente quando Cristovam Buarque (PT-DF), ex-ministro da Educação, chegou a defender uma espécie de cobrança seletiva, ou seja, estudantes de alguns cursos, como Direito, pagariam mensalidades mesmo matriculados em instituições públicas.

Mas a troca de ministro trouxe também uma mudança de perspectiva para a educação superior. Genro já se declarou totalmente contra a privatização da universidade pública e, ao comentar o documento da Fazenda, disse que o estudo não reflete a posição de todo o governo. Para ele, a grande porcentagem de pessoas ricas nas federais não é culpa da universidade pública, mas consequência da estrutura de classe da sociedade brasileira, "perversa e desigual". Ao discursar para uma platéia de cerca de 50 pessoas, entre reitores, especialistas e professores, Genro considerou "contradição" a cobrança dos estudantes. "Se a universidade é pública, os alunos não devem pagar mensalidade. O que se trata é discutir quais são os novos padrões de financiamento no contexto de um país absolutamente desigual", acentuou. Descartada a possibilidade de privatizar, outra opção discutida é a cobrança de ex-alunos.

Tramita no Congresso, desde o final de 2003, uma proposta de emenda constitucional, apresentada pela deputada Selma Schoms (PT-PR), que prevê a cobrança de ex-estudantes das universidades públicas com renda anual acima de R\$ 25 mil. O projeto tinha o apoio de Cristovam Buarque, mas a o atual ministro já adiantou, em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, que a medida tem difícil trâmite constitucional porque taxa é paga pelo oferecimento de um serviço permanente e o imposto precisa de um mínimo de universalidade. "Seria um imposto discriminatório? Me parece de difícil viabilização, além de responsabilizar apenas uma parte da sociedade pelo funcionamento de uma instituição que é de interesse público", questiona. Por enquanto, a preferência de Genro parece ser a criação de um fundo especial para o ensino superior, como já ocorreu no ensino fundamental.

Esse fundo seria composto de percentuais de uma cesta de imposto, assim como o Fundef (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental), que retém 15% dos tributos estaduais e municipais. O problema, para Genro, é que a criação de um imposto ou fundo específico está limitada pela excessiva carga tributária no Brasil. "Compartilho da visão do ministro Antonio Palocci de que nosso programa é, no médio e longo prazo, baixar a carga tributária e não aumentar. Isso deve ser colocado no bojo de um processo de recuperação da economia e de deslocamento de renda de um setor para outro da sociedade. Mas como vai ser feito isso, que setores são esses, não tenho condições de adiantar", afirmou.

Também se discute a possibilidade de criar uma lei de incentivo fiscal, que concederia abatimento na carga tributária do contribuinte que investisse em educação, ou retirar a folha de inativos do orçamento das entidades federais, o que liberaria R\$ 2,8 bilhões das contas para investimento. O problema desta última proposta é que as despesas com pessoal, inclusive aposentados, fazem parte do cha-

REFORMA !



Genro quer evitar inércia da gestão Buarque e greve iminente

tização? Está me parecendo a tradicional compra de vagas. De qualquer maneira, o fundamental é discutir como ampliar os recursos para as universidades públicas", afirmou ao lançar em Brasília a Frente Parlamentar de Defesa da Universidade Pública, em conjunto com outros 134 congressistas. A frente deve atuar junto com sindicatos e entidades estudantis para elaborar idéias paralelas às do governo para a reforma universitária. Assim como a deputada, a União Nacional dos Estudantes questiona a gratuidade no ensino privado.

"Acreditamos que esse recurso poderia ser investido para abrir vagas nas universidades públicas, por exemplo, nos cursos noturnos. No entanto, reconhecemos que a situação de dificuldades pela qual passa o ensino superior exige medidas das mais variadas", avalia Gustavo Petta, presidente da UNE. O representante dos estudantes também reclama da falta de debate com todos os segmentos da sociedade sobre o programa. "Apenas a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior foi ouvida. A UNE e outras entidades do movimento social precisam ser consultadas".

Da mesma forma, alguns dirigentes das associações que representam as universidades particulares e filantrópicas avaliam que a proposta de abrir vagas públicas em universidades privadas necessita de mais estudo. Para Paulo Alcântara Gomes, presidente do CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), uma vaga aberta não é gratuita e, se ela não for financiada pela mensalidade, terá que ser paga pelo governo. Antonio Carbonari Netto, terceiro-vice presidente da Abmes (Associação Brasileira das Mantenedoras

de Educação Superior), disse que o problema não é abrir vagas, mas ter o custo e saber quem vai pagar. Para Aldo Vannuchi, presidente da Abruc (Associação Brasileira das Universidades Comunitárias), o MEC precisa, primeiramente, diferenciar as universidades privadas das filantrópicas. Ele reafirma que a diferença fundamental é o fato das comunitárias não visarem lucro e de reinvestirem o dinheiro recebido das mensalidades na própria instituição.

Já para Edson Franco, presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras do Ensino Superior, a melhor forma de inclusão social nas universidades privadas seria o MEC aumentar o acesso ao financiamento estudantil. "É preciso mudar regras. A exigência de fiador (pela Caixa Econômica Federal) para alunos carentes é um contra-senso", reclama. O Fies beneficia hoje 277 mil alunos e teve uma ampliação de recursos em torno de 1,7 bilhão. Mas o ministro, que concorda que o Fies é uma experiência positiva, aponta o lado negativo: "25% de inadimplência".

E as cotas? - Já no primeiro dia de trabalho, Genro defendeu a adoção de uma política de cotas raciais nas universidades públicas, mas reafirmou que a medida é insuficiente. Para ele, a diminuição da desigualdade social no país deve passar por um processo massivo de inclusão. "Sou favorável às cotas. O que digo e reitero é que a política de cotas é insuficiente. O regime de cotas é positivo, simbolicamente importante, mas não resolve o problema da comunidade negra". E levantou a possibilidade das cotas abrangerem toda a comunidade carente, não se limitando a fatores raciais. "Vejam uma situação abstrata em que se tem uma vaga disputada em iguais condições por duas pessoas absolutamente pobres: um negro e um branco. Você deve aplicar a política de cotas? Não". Adiantou também que o MEC terá uma política nacional, mas que cada universidade terá autonomia para adotar os seus critérios.

Autonomia - Discutir a autonomia universitária, ou seja, a organização administrativa, financeira e política sem a interferência de órgãos do governo, também faz parte da proposta do MEC. Para representantes da academia, esse tema é inadiável, uma vez que a crise das universidades federais está, não só na falta de recursos, como também nas "amarras legais" que impedem as ins-

tituições de captar verbas e administrá-las. O ministro já falou que considera aceitável a proposta de transferência para as instituições do comando de verbas que hoje são geridas por agências de incentivo à pesquisa, mas ainda não detalhou como essa autonomia será exercida.

Enquanto as discussões não avançam, várias entidades estão se reunindo para planejar a melhor reforma para a universidade. Representantes da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Andifes, por exemplo, se reuniram nos dias 12 e 13 de fevereiro em Curitiba e, depois de debates, mesas-redondas e oficinas sobre o assunto, apresentaram suas sugestões. Para eles, entre outras questões, é preciso expandir a graduação e os cursos noturnos, ampliar a pesquisa e a pós-graduação, expandir a extensão, e ampliar o programa de educação à distância, vista como um importante instrumento de democratização do acesso ao ensino superior.

Quem vai fazer - Genro anunciou no início do ano a criação de um "núcleo executivo" que vai cuidar da reforma universitária. O grupo é formado por dez pessoas, sendo nove de seus secretários e assessores e uma representante do meio acadêmico, Wlana Panizzi, presidente da Andifes, que vai fazer uma espécie de "controle externo" do trabalho. O coordenador do grupo é o secretário-executivo do MEC, Fernando Haddad, auxiliado por Nelson Maculan Filho, secretário de Educação Superior e ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A equipe do MEC vai agendar um calendário de discussões com representantes da academia e com a sociedade, se reunindo a cada três semanas sob a coordenação de Haddad. Eles pretendem acompanhar os seminários e debates que acontecem nas universidades e nos movimentos sociais, ouvir personalidades e organizar debates regionais, que o ministro chamou de "miniconstituintes consultivas".

Além disso, o núcleo pretende consultar especialistas estrangeiros que tenham participado de experiências similares em outros países. Já foi convidado o professor espanhol Enrique Gómez-Reino y Carnota, da Universidade Complutense de Madrid e da Universidade de Santiago de Compostela, que vai relatar o processo de reforma do ensino superior a ser implantada em 2005 na Europa. As universidades dos 25 países da União Européia iniciarão a união de seus planos de ensino e a equiparação da duração das licenciaturas. A finalidade é garantir o livre ingresso de estudantes de qualquer um dos países nas universidades da comunidade européia, diferente da reforma brasileira, cujo objetivo é organizar a estrutura.

As 54 federais fecharam o ano passado com um rombo orçamentário de mais de R\$ 60 milhões, algumas mal conseguem pagar contas de água e luz, pois os recursos para as despesas básicas tiveram uma retração de 24%, e o investimento em pesquisa também está deficitário. Com orçamento limitado e salários defasados, as públicas estão perdendo parte de seus professores, que requerem aposentadoria e passam a trabalhar em universidades particulares. Genro tinha razão quando disse que assume o ministério sabendo que seu trabalho não será realizado "sem sobressaltos e contenciosos".

Mariana Hinkel

Chance de greve é remota na UFSC

Assembléias vazias e medo de repetir derrota desencorajam sindicatos. Estudantes agradecem

A Universidade Federal de Santa Catarina está dividida em relação a uma greve. Se depender dos servidores da UFSC, mais cedo ou mais tarde ela vai ter de acontecer. Os professores estão mais cautelosos, querem primeiro avaliar as propostas do governo, principalmente a salarial. Já os alunos, cansados de estudar período em que deveria ser das férias (janeiro e fevereiro), não querem de jeito nenhum. Um dos fortes motivos para que ocorra uma greve é a reforma universitária. Motivada pelo problema de financiamento enfrentado pelo governo, foi proposta pelo Ministério da Fazenda como parte do ajuste fiscal. Algumas decisões já partiram do Ministério da Educação, como a "estatização" de vagas nas universidades privadas, mas, para Elaine Tavares, coordenadora-geral do Sindicato dos Servidores da UFSC (Sintufsc), a proposta ainda é um tanto quanto "nebulosa".

Muitos motivos, pouca vontade – Para Tavares a greve é um recurso extremo, porém o de maior eficácia na luta pelos direitos dos trabalhadores. Ao contrário dos rumores de conversas dos estudantes, o objetivo principal de uma greve para o Sintufsc nesse momento, é a reforma da previdência e não o baixo reajuste oferecido pelo governo. Tavares demonstra preocupação com os projetos de lei que tramitam no Congresso, como exemplo, o que estipula o pagamento de mensalidades pelos estudantes a partir de 2005. "Há várias propostas como essa, que pretendem destruir a universidade pública e de qualidade. O governo afirma que quer conversar conosco, discutir a reforma, mas enquanto uma meia dúzia de servidores se preocupa em discutir-las, os projetos estão sendo aprovados, sem qualquer tipo de oposição", questiona.

Além da reforma universitária, os servidores discordam das propostas de reforma sindical, que segundo Tavares, visa enfraquecer o instrumento de luta do trabalhador, o sindicalismo, e a reforma trabalhista, que caso seja aprovada do jeito que está significaria um revés dos direitos conquistados. A segunda razão para a greve é a exigência de um plano de carreira para os servidores. Um acordo foi feito em 2001 com o governo FHC, que deveria ser cumprido no máximo em um ano, conferindo o direito de progressão na carreira, mas as negociações prosseguem, agora com o presidente Luís Inácio, e o acordo ainda não foi posto em prática. "Atualmente", ilustra Tavares, "se um servidor está na UFSC, por exemplo, há 18 anos, e entrou como jardineiro, mesmo que ele curse no decorrer desses anos advocacia, ele não pode ser promovido, continuará a ser jardineiro até a aposentadoria".

O terceiro motivo para a greve é a questão salarial. O governo se comprometeu a dar um reajuste pelas perdas inflacionárias, mas a proposta não conseguiu aplacar o ânimo dos servidores. eles estão classificados em três categorias (nível superior, nível de apoio e nível intermediário) cada uma com subdivisões, que receberiam aumentos diferenciados, entre 10,79% a 29,38%, a partir de maio. Mas entidades como Sintufsc, Fasubra e Andes repudiaram a proposta de reajuste apresentada pelo governo no dia 30. "Reajuste?", questiona Tavares, "isso é uma boa jogada do governo, uma pá de cal em cima da greve. Na verdade o que a imprensa noticia como



DCE considera greve saída extrema. Mobilização de servidores é pequena para bancar paralisação

reajuste é apenas uma gratificação, um abono, que não será incorporado ao salário".

Os servidores acreditam que um reajuste de 127% é justo, correspondente às perdas salariais desde 1995, subtraindo alguns aumentos concedidos no período, mas como medida emergencial, os servidores 50,19%. O percentual equivale ao reajuste que deve ser dado pelo governo por lei, de acordo com a Emenda Constitucional 19. Em julho de 1998, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu a obrigatoriedade do reajuste anual para os funcionários, oficializando a necessidade da reposição de perdas inflacionárias. O Sintufsc concorda com a idéia do governo de que quem ganha pouco deve ganhar mais, no entanto, se as gratificações não forem incorporadas ao salário, os aposentados ficarão fora do aumento, o que é inadmissível, para o Sintufsc, que segundo Tavares, sempre defendeu os interesses dos aposentados.



Professores priorizam campanha salarial

Os funcionários federais pretendem continuar a mobilização pelo aumento salarial, que já tem indicativo de greve para o dia 18. Mas, segundo Tavares, tudo depende do interesse que os trabalhadores vão demonstrar pela greve. "Não vamos fazer greve para uma meia dúzia de pessoas, nem ficar bancando os palhaços. Não queremos mais bancar os idiotas, como quando fizemos protestos na reitoria na greve contra a reforma da previdência e os funcionários ficavam rindo de nós", relembra a coordenadora. A próxima assembléia provavelmente será marcada para dia 14 de abril.

No dia 1º à tarde, toda a diretoria do Sintufsc se reuniu para um ato público promovido pela Coordenação Nacional dos Servidores (Cnesf), em frente à sede do ministério da Fazenda em Florianópolis. No entanto os movimentos do Sintufsc não estão tendo o apoio esperado. "Nas duas assembléias que tivemos para discutir a greve e as reformas, a participação dos servidores foi muito pequena". Para a coordenadora a explicação para esse desinteresse é simples: "É o câncer da UFSC, o Rodolfismo. Muitos têm alguns privilégios, garantias; podem chegar mais tarde no serviço e coisas assim e não se

interessam mais pelas mobilizações. Passamos em todos centros para conscientizar os servidores e o que mais ouvimos é que eles estão cansados de fazer greve".

Salário é prioridade – Os professores ainda não decidiram se vão entrar em greve, e na assembléia do dia 7 de abril dois pontos foram definidos: não aderir à paralisação nacional do dia 14 e marcar uma outra assembléia para este mesmo dia. Paulo Rizzo, presidente da Apufsc, afirma que a proposta salarial do governo não ficou bem explicada e só poderão ter uma posição com relação ao reajuste proposto e um indicativo de greve, quando as planilhas salariais ficarem mais claras.

Rizzo acredita que há outras formas de negociar com o governo, além da greve: "Sempre existe a possibilidade de uma greve, mas é um último recurso. Podemos contar com apoio de parlamentares, divulgar esse descaso que o governo demonstra com a universidade na mídia e buscar o apoio dos alunos".

Para ele, a reforma universitária e a campanha salarial estão interligadas, mas caso haja uma possibilidade de greve será primariamente por causa da questão salarial. "Não tem nada na reforma universitária que precise ser discutido de forma tão urgente. Existem alguns projetos de deputados preocupantes, mas que nem por isso contam com o apoio do governo", afirma.

Jefferson Fonseca, diretor do Diretório Central dos Estudantes (DCE), diz que uma greve agora seria muito desgastante e uma estratégia errada. "Se os servidores e professores querem ter o apoio dos estudantes precisam debater o assunto conosco primeiro. A greve é um direito dos trabalhadores, mas é uma ferramenta extrema, não pode ser usada para qualquer coisa. Há pouco tempo, estudantes estavam querendo fazer uma greve porque algumas aulas não começaram no prazo certo. E esse não é o caminho".

Concordam com o Sintufsc que se determinadas propostas forem aprovadas como o pagamento de mensalidades em 2005 e a retirada do financiamento público na universidade, os estudantes seriam os maiores prejudicados e, neste caso, uma greve seria necessária. Fonseca acredita que o primeiro passo é dialogar com os estudantes, principalmente sobre a reforma universitária, que para ele, ainda não está clara. Segundo Fonseca, na semana passada, Aaron Dias, presidente do DCE conversou com a presidência da Apufsc, mas como ainda não há um indicativo de greve para a categoria, o Diretório não entrou em atrito com os professores.

Os pontos que mais preocupam o DCE na reforma universitária são a manutenção do financiamento público e o papel da universidade na sociedade. "Queremos que a universidade volte a ser um espaço crítico, um centro de valorização da cultura brasileira, das artes. E a reforma universitária precisa incluir essa preocupação nas medidas a serem tomadas. Se ela refletir apenas os conceitos de instituições internacionais e tentar adaptá-los tão somente a universidade, o governo se chocará com os interesses dos alunos", acredita Fonseca.

Um receio paira na universidade de que a reforma seja aprovada aos poucos, impedindo um movimento organizado de manifestação. Sobre isso, Fonseca acentua que o DCE está de vigília, na espera: "Se alguma proposta for aprovada que desconsidere os interesses dos universitários, com certeza haverá uma reação imediata. Mas esperamos que isso não aconteça", diz Fonseca que pretende pedir afastamento da diretoria para concorrer a vereador.

Vanessa Clasen

Governo dá aumento para evitar paralisação

A ordem no Governo Lula é evitar greve. Na terça-feira 6, Guido Mantega, ministro do Planejamento, anunciou um acréscimo de até R\$ 500 milhões nas verbas orçamentárias para o reajuste dos servidores. A primeira proposta, de 30 de março, era de R\$ 1,5 bilhão para um total de 906 mil funcionários públicos. O dinheiro a mais vai sair da arrecadação de janeiro e fevereiro, que foi subestimada no orçamento. Os reajustes que iriam variar entre 10,79% e 29,38%, ficarão entre 12,85% e 32,27%. Os inativos passarão a ter entre 9,5% e 29,38%, ante os 7,11% a 26,13% oferecidos anteriormente. O ministro diz que o governo chegou a seu limite com os atuais R\$ 2 bilhões.

Do outro lado da mesa de negociações, a Cnesf (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais), em nota, reclama dos reajustes diferenciados para os aposentados e ameaça com greve. A entidade é formada por onze sindicatos nacionais e marcou para dia 18 de abril uma plenária com todas as categorias dos SPF (Servidores Públicos Federais) em que os trabalhadores vão decidir se páram ou não. Em defesa do Governo e contra a greve, Guido Mantega diz que todos os servidores, ativos e inativos, terão reajustes acima de 9,3%, inflação de 2003 de acordo com o IPCA, principal índice do País. A conta dos SPF é outra. Reclamam das perdas acumuladas desde de 1995, que chegam a 127%, e pedem uma reposição emergencial, de 50,19%. Mais que um aumento para esse ano, querem uma política de longo prazo para repor as perdas da última década. Greves podem agora não sair.



Meta é repor perdas até 2007 e 50,19% já

SPFs querem 127%. Levaram 12%

Ainda é pouco: sindicatos rejeitam a proposta do governo, que anunciou na terça 6 de abril reajustes de 9,5% a 32,07% aos salários dos servidores públicos federais. Luiz Lucas, presidente da Andes (Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), declarou que o reajuste não atende às reivindicações da categoria e que, pessoalmente, não está disposto a aceitá-lo. Os servidores exigem reposição salarial de 127,3%, referente a perdas acumuladas com a inflação entre 1995 e 2002. Reivindica-se, também, que o reajuste seja incorporado ao salário de carreira de, ao invés de concedido sob forma de gratificações.

Lucas acredita que o orçamento deste ano não contempla o reajuste anunciado. "Eles [o governo] teriam que multiplicar o orçamento por quatro, só para pagar a inflação deste ano", aponta. Os servidores públicos federais devem realizar uma plenária no próximo dia 18 de abril em Brasília, para decidir se acatam ou não a proposta de greve por tempo indeterminado. Enquanto isso, uma paralisação nacional de 24 horas está marcada para a próxima quarta-feira, dia 14.

Maratona prevê apresentação de 229 trabalhos

O 2º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho e o 7º Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, realizados em Florianópolis no período entre 15 a 20 de abril, vão apresentar ao todo 229 trabalhos de estudantes e professores de todo o país. Os assuntos variam conforme o grupo de trabalho, que são 10 no evento da Rede Alcar e 5 no Fórum. Todos os inscritos no encontro da Rede Alcar receberão um CD-ROM com os papers apresentados, enquanto os do 7º Fórum poderão ter acesso aos trabalhos no site do evento, www.7forum.ufsc.br.

Um dos destaques da programação da Rede Alcar é o trabalho do professor Nilson Lage da Universidade Federal de Santa Catarina em conjunto com Tales Faria, editor da revista *IstoÉ*, e Sérgio Rodrigues, editor do site No Mínimo. O artigo, intitulado *Diário Carioca - O primeiro degrau para a modernidade*, conta trechos da história do jornal, que acompanhou durante 37 anos, episódios relevantes da vida brasileira. O periódico também teve papel fundamental no processo de modernização do texto jornalístico, adaptando o *lead* americano à língua portuguesa. A apresentação será no dia 16 de abril a partir das 14 horas no local do evento.

As pesquisas apresentadas no Fórum Nacional de Jornalistas foram divididas em cinco áreas temáticas: pesquisa na graduação, produção laboratorial eletrônica, produção laboratorial impresso, projeto pedagógico e atividades de extensão. Os temas variam de inovações tecnológicas até a flexibilização curricular.

Jornalismo celebra 25 anos

E realiza dois eventos nacionais, 2º Encontro da Rede Alcar e 7º Fórum de Professores

Em 2004, quando completa 25 anos, o Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina promove, em abril, dois eventos relacionados ao ensino da profissão de jornalista. Entre os dias 15 e 17 será realizado o 2º Encontro da Rede Alfredo de Carvalho, que busca uma abordagem histórica da mídia no Brasil, e de 18 a 20, o 7º Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, para discutir os desafios impostos pela transição tecnológica.

A Rede Alcar existe há três anos e pretende retomar o trabalho realizado no início do século pelo historiador pernambucano Alfredo de Carvalho, que realizou a primeira pesquisa integrada sobre a imprensa brasileira. Sob a coordenação da historiadora Esther Bertoletti, do Centro de Difusão e Referência da Biblioteca Nacional, foi posto em prática um Plano Nacional de Microfilmagem dos Periódicos Brasileiros. A historiadora participará do encontro, para falar sobre o papel científico e pedagógico dos mu-



seus midiáticos, junto com o jornalista Luís Humberto Marcos, do Museu da Imprensa de Portugal. Nos dias 16 e 17, as discussões vão girar em torno da história do ensino de Jornalismo e das profissões midiáticas. Entre os debatedores estarão professores e jornalistas como José Marques de Melo (USP), Nilson Lage e Eduardo Meditsch (UFSC), Ana Aruda (Associação Brasileira de Imprensa) e Beth Costa, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas - Fenaj.

Beth Costa também vai estar no Pré-Fórum de Professores, que discutirá avaliação do ensino do Jornalismo como estímulo à qualidade de formação. A jornalista acredita que é imprescindível conhecer a qualidade dos cursos de jornalismo para saber que tipo de profissionais estão sendo formados: "Não adianta a gente valorizar e considerar essencial a passagem pela universidade se a instituição está oferecendo cursos de qualidade duvidosa", diz. De acordo com a Fenaj, atualmente, existem 219 cursos de co-

municação com habilitação em jornalismo no país. Vão compor a mesa sobre a avaliação um diretor do INEP, Daniel Herz (diretor da Fenaj), Sandra de Deus (coordenadora do Fórum de Professores de Jornalismo), Valci Zuculoto (diretora de Educação da Fenaj e coordenadora geral do evento) e um representante da Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação Social.

Depois da abertura, o professor Nelson Traquina, da Universidade Nova de Lisboa, fará uma conferência sobre os desafios do ensino de jornalismo na transição tecnológica. Os professores Elias Machado, da Universidade Federal da Bahia e Eduardo Meditsch também vão participar. Beth Costa ressalta que a tecnologia é uma ferramenta disponível e útil para os profissionais, mas não pode ser o tema central de um curso de jornalismo, pois "mais importante do que saber usar uma ferramenta, é saber por que utilizá-la, qual é o objetivo da profissão, qual é o fundamento do exercício profissional". Para Costa, mesmo sendo um diferencial no mercado de trabalho, o conhecimento tecnológico não é garantia de uma boa atuação profissional. "Se a pessoa não sabe escrever, qual é a diferença de ela usar uma máquina de escrever ou um computador?", provoca a jornalista.

Carolina Dionísio

RESENHA

Bom livro desmistifica web para jornalistas

Heloiza G. Herscovitz

Bons jornalistas não vivem sem a Internet e a Internet precisa cada vez mais de bons jornalistas. Mas já não é preciso recorrer aos manuais técnicos que afugentam principiantes nem aos livros em inglês que exigem duplo esforço dos que dispõem de pouco tempo para aprender. O livro *Jornalismo na Internet*, de José Benedito Pinho, doutor em comunicação pela ECA e professor da Universidade Federal de Viçosa, em Minas, desenreda a teia da rede desde os seus primórdios, passando pela sua natureza e aplicações para o jornalismo até os cuidados com a redação digital. Usando uma linguagem ágil e objetiva, o autor explica como e por que a rede facilita a comunicação rápida entre jornalista, fonte e leitor; permite a busca de pautas e fontes especializadas bem como a confirmação, o contexto e a credibilidade de informações; o acesso instantâneo a arquivos e bases de dados do mundo inteiro e o monitoramento da discussão pública de milhares de temas.

Nos três capítulos iniciais, Pinho coloca a rede das redes em seu contexto histórico. Criada pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria para permitir a comunicação entre militares em meio a uma guerra nuclear que felizmente nunca ocorreu, a Internet tornou-se uma rede de comunicação sem chefe por sugestão da iniciativa privada e expandiu-se com a adesão de universidades americanas ainda na década de 1970. A rede chegou ao Brasil em 1988 interligando universidades nacionais aos Estados Unidos. A década de 1990 foi decisiva: cai a proibição ao uso comercial, surge a world wide web (o sistema de organização da informação e dos arquivos na rede) e os protocolos de comunicação (http, html). As empresas e os governos criam seus websites, surgem os gestores da rede mundial e a Internet cresce a uma taxa de 10% ao mês em número de servidores.

Nos capítulos seguintes, Pinho discorre em detalhes sobre as características da rede (Intranet, Extranet), a questão dos domínios, o bate-papo, as regras de correio eletrônico e das listas de discussão. Como sabem os mais experientes,

é fácil entrar em uma lista de discussão, mas é difícil sair e muitas vezes o usuário acaba recebendo e-mails desafortunados dos outros membros da lista por desconhecer as regras do grupo.

Ressalvando que a Internet não substitui o contato direto com a fonte nem a entrevista pessoal, Pinho analisa os recursos jornalísticos da web. O capítulo 9 oferece o be-a-bá sobre diretórios e mecanismos de busca. A partir destas ferramentas, estudantes e profissionais partem com tranquilidade para uma exploração mais detalhada dos assuntos de interesse específico. Nos capítulos 10 ao 14 são examinadas o processo de construção de websites, as regras, valores e aspectos funcionais de usabilidade, elementos de design e tipologia digital. Pinho oferece dicas fundamentais sobre a arquitetura da informação na criação de sites (navegação, hierarquia do conteúdo, disposição dos elementos interativos), interface (ponto de contato do usuário com a máquina), estrutura das páginas, links, cores, texturas, alinhamentos, contrastes e unidade. E destaca algumas "regras de ouro" como estas: "Na Internet, o usuário é quem manda... A página deve ser direta e mais rápida do que bonita."

Os três capítulos finais (15, 16 e 17) contêm a parte mais interessante e atual do livro: o jornalismo on-line ou redação digital, suas possibilidades e limites. O jornalismo on-line revolucionou o modelo de produção e distribuição de notícias. Embora os websites de empresas jornalísticas e principais portais brasileiros (UOL, IG, Globo, Yahoo e Terra) ainda não deem o lucro esperado, o mercado virtual está em processo de consolidação e, por isso, é preciso preparar-se para trabalhar num meio não-linear, totalmente instantâneo e interativo como a Internet. Escrever bem para a Internet é uma arte, explica o autor. Devido à fadiga visual (os usuários lêem 25% mais devagar na tela do monitor), os textos devem ser mais curtos do que aque-



les escritos em papel. Como no jornalismo em geral, os textos devem ser claros, concisos e objetivos. Mas precisam ser ainda mais enxutos. Pinho reproduz seis recomendações de Mike Ward que valem para qualquer tipo de redação e são guias mestras do jornalismo norte-americano:

■ Não use mais palavras do que você precisa.

■ Evite palavras longas se existirem outras mais curtas.

■ Evite palavras de significado complexo se houver alternativas.

■ Use palavras com significado concreto e não abstrato.

■ Seja específico em vez de usar generalidades.

■ Dê às palavras o seu significado correto.

Lembra que texto curto não é sinônimo de informação superficial ou incompleta e que o jornalista pode usar o hipertexto ou agrupar dados em tabelas ou gráficos, entre outras alternativas. Pinho discute ainda o uso da "pirâmide invertida" (informações por ordem decrescente de importância) no jornalismo on-line e a titulação. Os quadros preparados pelo autor sobre as tarefas dos redatores e editores de jornalismo on-line demonstram a complexidade desse novo meio de comunicação e a necessidade de formar profissionais capacitados, pois são muitas as fases do processo de desenvolvimento do conteúdo jornalístico. O desafio é fascinante e por certo vai atrair a atenção dos bons estudantes de jornalismo.

O livro tem ainda um excelente glossário e bibliografia recente. Merece ser adotado pelos cursos de redação on-line e deve fazer parte da biblioteca básica dos jornalistas ligados na Internet.

Professora do Curso de Jornalismo da UFSC, Doutora pela Universidade da Flórida

Bibliografia da área ganha dois títulos novos

Dois livros serão lançados durante o 2º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho e o 7º Fórum Nacional de Professores de Jornalismo. Um será o de José Marques de Melo, jornalista e coordenador nacional da Rede Alcar e o outro de Nelson Traquina, professor da Universidade Nova de Lisboa em Portugal.

A *esfinge midiática*, de Marques de Melo, será lançado no dia 16 de abril, às 19h30, durante o evento da Rede Alcar. A obra traz uma reflexão sobre a história da indústria de mídia no Brasil. O autor afirma que "a orfandade intelectual decorrente da crise das ideologias e o tecnofobismo cultivado pelas vanguardas acadêmicas estão produzindo um sentimento difuso de amor e ódio à mídia". Por isso, "a esfinge midiática permanece indecifráda, atemorizando a economia, domesticando a política, aniquilando as identidades culturais". O livro foi editado pela Paulus, tem 335 páginas e custa R\$ 30.

O outro livro lançado será *Teorias do Jornalismo* (Editora IstoÉ), do professor Nelson Traquina. O autor faz um apanhado geral sobre as teorias do jornalismo apresentadas até hoje. Pesquisador respeitado, é responsável pela disseminação de teorias do jornalismo para países de língua portuguesa. O lançamento será dia 19 de abril, às 19h30, como uma das atividades do 7º Fórum Nacional de Professores de Jornalismo.

Giselle Tiscoski

Instituto Livre de Jornalismo reúne profissionais renomados para debater questões discutíveis da profissão,

IJOR

questionar condições de ensino das universidades e polemizar sobre diferença entre notícia e propaganda

Um espaço para o debate sobre os valores e fundamentos do Jornalismo com a produção de pesquisas e livros que sirvam de referência para profissionais e estudantes e que reúna ícones da mídia como Mino Carta, diretor de redação da revista *CartaCapital*, Mário Andrada e Silva, diretor para a América Latina da agência Reuters e Ricardo Noblat, ex-diretor de redação do *Correio Braziliense* e autor do livro *A arte de fazer um jornal diário*. Utopia jornalística? Não, o espaço existe e tem nome e sobrenome: Instituto Livre de Jornalismo, o IJOR.

Criado dia 1º de março, além dos fundadores, o IJOR agregou um núcleo de ex-professores da Faculdade Cásper Líbero (SP), que se demitiram em setembro de 2003 por incompatibilidade com as medidas pregadas pela escola, caracterizadas como "mercantilistas" por Mario Vitor Santos, então coordenador do Curso de Jornalismo. Mais tarde outros jornalistas juntaram-se ao grupo, que segundo o presidente do IJOR, Sérgio Rizzo, não é uma agremiação de classe. "É um grupo de jornalistas reunidos em torno de certas preocupações". A entrada de estudantes no grupo não é descartada, mas só haverá uma posição concreta sobre isso, quando o estatuto estiver regulamentado.

O objetivo do IJOR, conforme o jornalista Sérgio Rizzo, presidente eleito, não é preencher uma lacuna na análise do jornalismo que é feita no Brasil. Para isto, o sítio Observatório da Imprensa cumpre bem seu papel. "Nosso trabalho não está voltado para a *media criticism*. Admiro o trabalho do Observatório, nosso provável futuro parceiro em alguns projetos, e acredito que ele dê conta do recado, diferentemente dos espaços destinados à crítica da mídia em alguns veículos", esclarece.

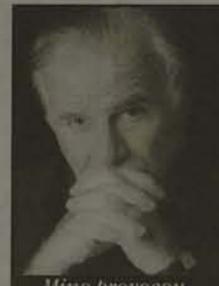
E como um dos objetivos é fomentar o debate, o primeiro deles, realizado dia 16 de março, tratou de reunir cerca de 200 jornalistas, estudantes e interessados. O tema foi *Os desafios do jornalismo brasileiro*, discutido por Mino Carta, Mário An-

drada e Silva e Ricardo Noblat e mediado por Mario Vitor Santos, ex-ombudsman da *Folha de São Paulo* e colunista da revista *Primeira Leitura*.

Jornalismo x entretenimento - Sérgio Rizzo resalta que entre os principais desafios do jornalismo brasileiro está a discussão dos conceitos fundamentais da profissão, e conseguir demarcar para a sociedade a linha aparentemente invisível para alguns, entre jornalismo e entretenimento e a queda das fronteiras entre jornalismo e publicidade. Ele acredita que os jornalistas não se envolvem suficientemente em discussões sobre a profissão.

Nesse campo, a criação do IJOR, que não tem fins lucrativos, pode ser uma forma de evitar muitas das falhas cometidas, que se devem em grande parte, à falta de debates e discussões abertas sobre as limitações do jornalismo. O segundo debate, *A crise da reportagem*, aconteceu dia 6 de abril no Senac-SP, e teve a participação de Bob Fernandes, redator-chefe de *CartaCapital*, Josemar Gimenez, diretor de redação de *O Estado de Minas* e do *Correio Braziliense* e Leão Serva, diretor do *Último Segundo*, do portal iG. A mediação foi de Everton Constant, editor da TV Terra e diretor adjunto do IJOR. O debate inaugura a parceria entre o IJOR e o Senac-SP. O projeto é a partir da segunda quinzena de maio promover cursos, oficinas, debates, encontros e seminários.

Embora algumas questões ainda não tenham sido discutidas pela nova entidade - como a obrigatoriedade do diploma - outras ganharam um espaço especial na agenda do grupo. A formação do futuro jornalista é uma delas, aliás, uma das principais pre-



Mino provocou...



... Rizzo dirige...



... Mitre respalda

ocupações como frisa Sérgio Rizzo. A idéia é realizar um amplo levantamento das condições de ensino do jornalismo no Brasil hoje, além da organização de fóruns específicos que planejam organizar em parceria com o Senac, o primeiro deles provavelmente para o segundo semestre de 2004.

Além dos sócios-fundadores Mino Carta, Mário Andrada e Silva e Ricardo Noblat uniram-se à idéia de criação do Instituto Livre de Jornalismo todo o grupo de ex-professores da Faculdade Cásper Líbero, e muitos outros jornalistas que apoiaram o movimento entre renomados editores, apresentadores de telejornais, escritores e repórteres esportivos. A lista inicial: Eugênio Bucci, Fernando Moraes, José Arbex, Adriana Garcia, Alcides Ferreira, Alon Feuerwerker, André Rodrigues, Ariovaldo Bonas, Bob Fernandes, Caio Blinder, Carlos Brickmann, Domingos Fraga, Eduardo Marini, Everton Constant, Fernando Mitre, Gabriel Priolli, Gilson Schwartz, Hamilton de Souza, Helio Campos Mello, Jânio de Freitas, Jayme Brener, Jorge Cláudio Ribeiro, José Américo Dias, Josemar Gimenez, Juca Kfourri, Laurindo Lalo Leal Filho, Leão Serva, Luiz Costa Pereira, Luiz Gonzaga Belluzzo, Marcelo Coelho, Marco Antonio Araujo, Marco Antonio Piva, Marco Chiaretti, Mario Andrada e Silva, Mario Vitor Santos, Marion Feuerwerker, Matinas Suzuki Jr., Mauricio Stycer, Mônica Teixeira, Paulo Henrique Amorim, Paulo Nassar, Roberto Müller, Rosane Baptista, Sérgio Amadeu da Silveira, Sérgio Fernandes da Costa, Sérgio Rizzo e Sidnei Basile.

Vanessa Clasen

Nova revista quinzenal vai mostrar *Floripa light*

Mirante ocupa segmento nunca explorado na capital. Linha editorial privilegia serviço, cultura e comportamento

Roteiro gastronômico pela Ilha, greve na UFSC e evangélicos surfistas agregados à Bola de Neve. Um possível túnel sob a Lagoa da Conceição e a chegada da Blockbuster ao território mané. Este mix editorial resume o conteúdo da edição número 1 da *Mirante*, revista quinzenal recém-nascida com o propósito de abordar o cotidiano *light* de Florianópolis.

O pai da criança é Dalton Flemming, paulista de 40 anos, há dois refugiado em Floripa esquivando-se dos contrastes da megalópole. A concretização da *Mirante* deve-se à sua experiência de 18 anos como editor de arte em revistas tão distintas quanto a *Grid*, especializada em fórmula 1, e *Chiques e Famosos*. Sua batuta também esteve presente em reviravoltas gráficas de renomadas publicações, como as reformulações de *Terra* e *Show Bizz*. Ao verificar em Florianópolis a lacuna de uma publicação no estilo *Vejinha*, encarte de *Veja* que é uma espécie de guia da cidade, as idéias da nova publicação começaram a fervilhar na cabeça de Flemming há cerca de 3 anos.

Formado em Publicidade, ele tornou-se jornalista na prática. Na carteira profissional, é registrado como diagramador. Sua aposta na revista de variedades em Florianópolis foi alta, a ponto de re-

Edição piloto e número um (abaixo) e a edição dois (destaque): amenidades e guia para o leitor inquieto



Dalton Flemming (com a revista) na festa de lançamento da edição piloto

nunciar ao último emprego na capital paulista, na editora Símbolo. Quando recém-chegado à Floripa, conseguiu emprego na gráfica de um primo, que lhe cedeu um escritório na empresa. Foi neste espaço que a idéia que trazia na bagagem tomou corpo até estrear nas bancas no final de fevereiro.

Na capa, um slogan ousado: "a melhor visão da cidade", como o nome já sugere. Na panorâmica da *Mirante*, o que se vê é o lado envolvente de Florianópolis, ilustrado pelas suas festas, sua gastronomia e suas artes. "Mas não queremos ser chapa branca, nem água com açúcar", explica Dalton Flemming. "Nem mostrar tragédias ou sermos factuais", emenda.

As 34 páginas coloridas da revista apresentam excelência em impressão. A qualidade gráfica equipara-se a de grandes publicações nacionais. Mas a maior jogada para tornar os leitores cativos é o roteiro cultural e gastronômico que circula em todos os números e é produzido em parceria com o sítio GuiaFloripa, pioneiro em divulgar a agenda de lazer e cultura na cidade.

Outro ingrediente da *Mirante* é uma pitadinha de UFSC. Deny Peres, que assina expediente como jornalista responsável, é recém-formada

pelo curso de Jornalismo da Federal. Outro prata da casa é Pedro Henrique de Carvalho, incumbido de tarefas em reportagem e edição da revista.

O fantasma da crise em empresas de mídia não foi obstáculo para o nascimento da publicação. Porém, da tiragem de 5.000 exemplares prevista no projeto, somente 3.000 puderam ser viabilizados com a realidade publicitária local. Para distribuí-los, nada de empresa terceirizada. Flemming e Michel Soares, diretor executivo, vão pessoalmente às bancas para deixar as edições. Neste trabalho braçal, aproveitam para completar a divulgação corpo-a-corpo da revista. Dois coelhos, uma só cajadada.

Se a iniciativa vingar, há planos tanto de aumento da tiragem quanto de tornar a revista semanal e trazer anunciantes fortes dos grandes centros. O sítio próprio já está pronto e deve ser lançado em breve, trazendo complementos de matérias das edições impressas.

Tudo para atrair a empatia das classes A, B e C, público-alvo da *Mirante*.



O número 2 traz na capa a Camerata Florianópolis, que completou 10 anos de existência. A idéia de assuntos diversificados permanece: matérias sobre uma feira de economia solidária ou o perfil do pintor catarinense Ivo Silva, dentre outras, fazem companhia à reportagem da orquestra manezinha. O preço é bem simpático: R\$ 1,90. "Pensamos em fazê-la gratuita", conta Flemming. "Só que se é de graça, o povo lê e joga fora".

Fernando Angeoletto

O Repórter americano forjou reportagens e comprometeu a credibilidade do USA Today

MENTIROSO DANÇOU

Um bilhete anônimo com denúncias de plágios e fraudes em matérias publicadas custou a Jack Kelley, correspondente internacional do diário americano *USA Today*, o emprego em que estava há 21 anos e abalou sua reputação de jornalista indicado a cinco prêmios Pulitzer. Em março, o jornal publicou em primeira página o que descobriu ao investigar mais de 720 matérias de Kelley, publicadas em um período de dez anos e que lhe valeram o posto de repórter com salário mais alto da redação do jornal de maior vendagem nos Estados Unidos. Na investigação foram encontradas provas de que Kelley plagiou jornais americanos e internacionais, inventou fontes anônimas, fingiu ter sido testemunha ocular de fatos e forjou entrevistas e acontecimentos. Oito das matérias mais importantes do correspondente tinham dados inventados, inclusive a crônica sobre um atentado terrorista com um homem-bomba, que o repórter afirmou ter presenciado e pela qual foi indicado ao Pulitzer em 2001. Kelley, que diz se sentir vítima de uma armadilha, se demitiu do diário no dia 6 de janeiro, um dia após a reunião em que seus editores confirmaram possuir evidências das fraudes.

O único erro admitido pelo repórter foi tentar enganar a comissão que analisava suas matérias, pedindo para que uma mulher fingisse ser testemunha de uma entrevista. De acordo com o editorial publicado em 13 de janeiro, foi dada a Kelley a oportunidade de deixar o jornal em até dois dias, o que o repórter acatou. "Renunciei porque senti que não devo trabalhar no *USA Today* depois do que fiz", disse, se referindo à testemunha forjada. Os três editores — Bill Kovach, Bill Hilliard e John Seigenthaler — contratados pelo jornal para continuar as investigações sobre o trabalho do repórter consideraram a conduta dele "uma triste e vergonhosa traição à confiança do público". Peter Jackson lembrou em sua coluna de mídia "a crise está instalada e as pessoas estão tentando digerir o que aconteceu".

Em 7 semanas vasculhando o computador de Kelley, analisando passo a passo cada dado de suas matérias, (inclusive informações sobre o clima das regiões onde ele esteve), enviando repórteres a Cuba e Belgrado, a comissão formada pelo *USA Today* descobriu diversas passagens duvidosas nas matérias do correspondente. Muitas dessas matérias estão na capa da edição de março do jornal publicada em fevereiro de 2002. Em uma delas, publicada em fevereiro de 2002, Kelley noticiou a morte por afogamento da cubana Yacqueline, que tentou deixar seu país em uma balsa. Para comprovar que havia realmente apurado as informações com a família da vítima em Cuba, o repórter mostrou aos editores uma fotografia da mulher. Quatro anos depois, a cubana foi encontrada pelos repórteres do *USA Today* viva, casada, grávida e morando no sudeste dos Estados Unidos como imigrante legal. A personagem, cujo nome verdadeiro é Yamilet Fernandez, disse estar indignada com a mentira porque corria o risco de perder o emprego, e, com isso, o visto de permanência no país. Confirmou que havia sido entrevistada pelo repórter em Cuba, mas se ele tentasse contatá-la novamente, chamaria a polícia. Kelley se negou a acreditar que a mulher da foto era a mesma encontrada pelo *USA Today*.

Kelley, que é protestante, tem sido defendido por colegas das instituições de jornalistas cristãos das quais faz parte. Um deles, David Aikman, editor de Kelley na revista *Times*, acusou em seu programa de rádio que o amigo estava sendo vítima de uma "caça às bruxas fora de moda" e que a "turba lynchadora" do *USA Today* o estava "discriminando por suas crenças religiosas". Acrescentou que Kelley merecia o benefício da dúvida. "Logo que tudo aconteceu, liguei para minha mulher, minha mãe, meu pastor e meu advoga-

do", tenta se redimir o repórter. Kelley também costuma usar sua fé para explicar como conseguia cobrir acontecimentos como uma caçada a Osama Bin Laden, ou um atentado terrorista a 27 metros de distância do local da explosão. Desta última aventura, diz ter sobrevivido "por força divina". No dia 09 de agosto de 2001, um homem-bomba explodiu próximo a uma pizzaria de Jerusalém, matando quatro pessoas.

Em seu artigo, publicado em 10 de agosto, Kelley narrou como assistiu à explosão, contando com riqueza de detalhes a "chuva de braços e pernas" e as "cabeças decapitadas e ainda piscando" que escreveu ter presenciado. Afirmou também ter reconhecido o terrorista como um homem que carregava uma bolsa preta e havia esbarrado nele minutos antes. Porém, segundo a polícia israelense, nenhuma vítima adulta foi decapitada e o homem-bomba carregava na verdade um violão. "Eu sei o que vi", disse Kelley aos editores do *USA Today*. Com essa crônica, o repórter foi indicado ao Pulitzer de 2001.

Em maio de 2003, quando Brian Gallagher, editor executivo do *USA Today*, recebeu o bilhete anônimo, o jornal decidiu investigar as acusações em sigilo. Os editores resolveram começar por uma matéria de julho de 1999, não citada no bilhete, mas que fora apontada como suspeita por um dos repórteres do jornal logo após a publicação. Nela, Kelley afirma que investigadores da Organização das Nações Unidas, cujos nomes são mantidos em sigilo, haviam encontrado um caderno com anotações que ligavam o exército sérvio aos massacres de limpeza étnica da região do Kosovo. O repórter sabia que suas matérias estavam sendo verificadas por um grupo de três repórteres do jornal, liderados por John Hillkirk, editor de economia, e se ofereceu para ajudar.

Quando questionado sobre a origem da informação, o repórter assegurou ter visto o tal caderno de capa preta durante uma entrevista com dois investigadores da ONU em Belgrado. Um desses investigadores, que Kelley acabou revelando ao *Washington Post* após sua demissão, era Natasa Kandic, defensora dos direitos humanos da ONU e presidente da organização não-governamental Centro de Direitos Humanos. Kelley fez um relato minucioso de como conseguiu as informações e se dispôs a contatar Natasa para que ela mesma pudesse confirmar a história.

Meses depois, Kelley procurou os editores do jornal para anunciar que não conseguira falar com a investigadora mesmo tendo contratado uma jornalista *free-lancer* para ajudá-lo. No dia 3 de setembro Mark Memmott, repórter do *USA Today* que participava da comissão encarregada de checar as matérias de Kelley, ligou para o escritório de Natasa na Sérvia em Montenegro e ela garantiu não se lembrar da entrevista nem do documento citado na reportagem. Kelley pediu duas semanas para encontrar uma intérprete — havia omitido — que teria participado da entrevista com a investigadora.

A essa altura os editores já estavam convencidos que havia algo errado com a história. Em outubro, uma mulher com sotaque ligou para Memmott e respondeu a todas as perguntas do repórter antes que ele as tivesse feito. Rastreado a ligação, percebeu que a suposta tradutora estava em Houston, cidade



Kelley: para mentir esqueceu a fé



Seigenthaler: "vergonhosa traição"



Acima, detalhe de uma das reportagens internacionais forjadas por Jack Kelley, que ilustrou página inteira (abaixo) da retratação tardia do USA Today para seus leitores. O jornal também tratou o episódio em sua capa

Fabrications mar reporter's work

Unbelievable timing, incredible account

Other inconsistencies in Kelley's stories

Explosion, then arms and legs rain down

Mileage, expenses and facts don't add up

do Texas. Kelley admitiu que permitiu que uma amiga russa se fizesse passar pela interprete porque não tinha conseguido encontrá-la dentro do prazo. A mentira foi o motivo que o repórter alegou para sua saída do *USA Today*, mas no editorial o jornal se comprometeu a fazer o possível para desmascarar todas farsas arquitetadas por Kelley em seus 21 anos no diário. "Os editores concluíram que pela passagem do tempo e pela dificuldade em retomar fatos que aconteceram em países distantes e com histórico recente de guerra, a verificação é quase impossível".

Ao contrário do *New York Times*, que tratou de noticiar a farsa nas matérias do ex-repórter Jayson Blair em maio de 2003 logo que as descobriu, o *USA Today* vem sendo criticado pela demora em admitir a crise interna. Alex Jones, crítico de mídia da Universidade de Harvard, acha que a reportagem de capa foi um bom passo, mas agora o *USA Today* tem que começar a destrinchar seu método de trabalho para os leitores. "Significa revisar os problemas de política editorial

que permitiram que Kelley forjasse histórias por vinte anos e ainda sáfisse ileso em frente aos leitores", diz. O jornal não poupou dinheiro para vasculhar. Foi assim que o *Times* e o *Post* superaram escândalos e reviveram suas reputações. Paul Steiger, editor-executivo do *Wall Street Journal*, diz que a escolha por agir com ética ainda é do profissional. "Não importa quantas armadilhas se faça, se alguém está determinado a violar a política da empresa, ele conseguirá". O jornal enfrentou na década de 80 uma crise de credibilidade quando um de seus repórteres foi preso por usar informações não publicadas no jornal para ganhar dinheiro na bolsa. Steiger também aponta falhas na relação entre editores e repórteres, que tendem a baixar a cabeça diante de grandes estrelas como Jack Kelley. "Os editores têm que fazer perguntas firmes aos repórteres. Não aceito como resposta: 'você não confia em mim?'".

John Hanchette, ganhador de um prêmio Pulitzer em 1980, achou no início que a investigação em torno do correspondente do *USA Today* era fruto da inveja que o sucesso na profissão pode causar na redação. "Tudo que Kelley tocava virava ouro jornalístico. Como até o *USA Today* afirmou em uma manchete que o condenava, ele tinha um 'timing incrível'. Onde ele estava, nasciam as notícias". Hanchette admite que é impraticável aplicar certos princípios éticos, como a procura por fontes *on the record*, em países como Cuba, Rússia e Afeganistão. "Mas me parece ingênuo que uma corporação aplauda um repórter por duas décadas, o elogie publicamente por anos, o indique para diversos Pulitzers — por reportagens muitas vezes baseadas em métodos que vão contra princípios básicos da empresa — e depois o faça arcar com total responsabilidade por ter desrespeitado esses princípios". O fundador do *USA Today*, Al Neuhart, hoje aposentado, diz ter pregado por 20 anos contra o uso de fontes anônimas nos meios de comunicação da Gannett Company, empresa proprietária do jornal. "A raiz do mau jornalismo são as fontes anônimas. O uso e abuso de fontes sigilosas puseram Jack Kelley no trono e depois o forçaram a renunciar".

Camille Bropp